

Filósofo diz que é preciso parar com o fogo antes que seja tarde

Severino Ngoenha defende acção urgente, nem que signifique "rasgar" a Constituição

PAG 24



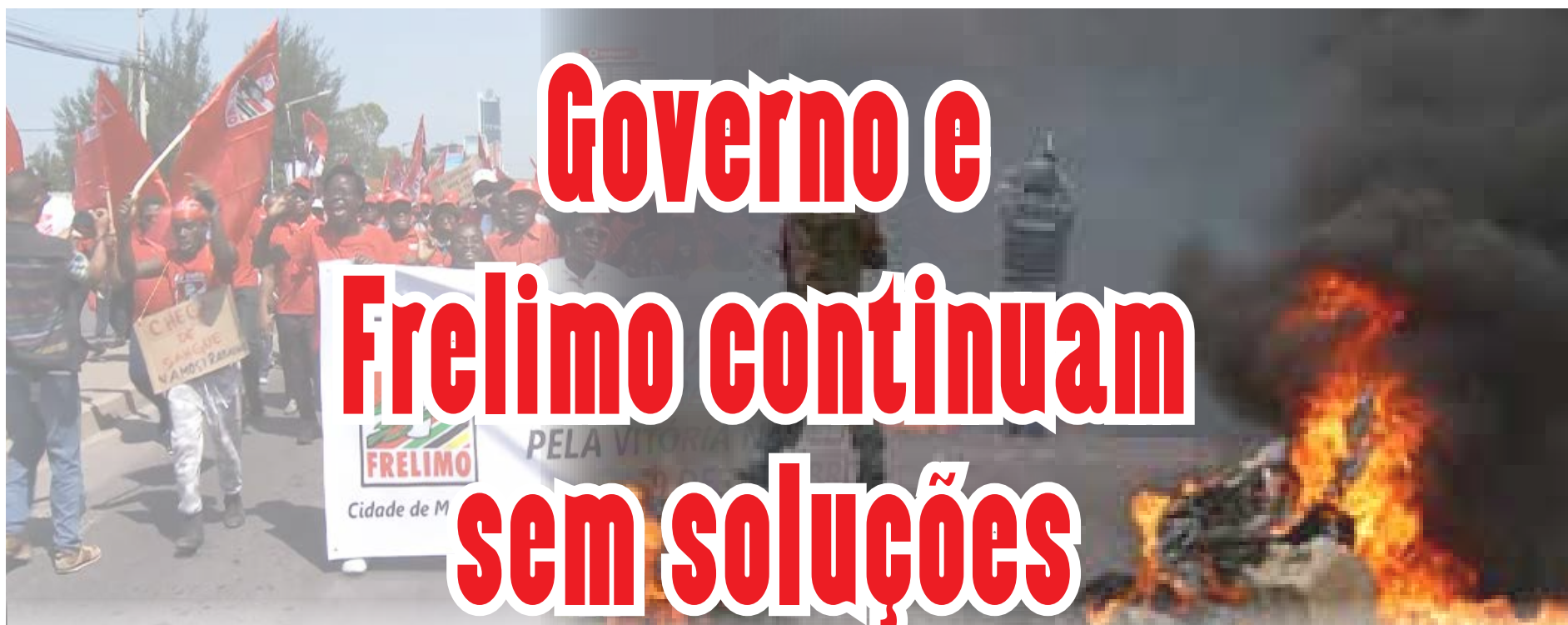
80 Meticais EVIDÊNCIAS

Nosso compromisso é com a verdade

Registo: 011/GABINFO-DEP/2020

DIRECTOR: Nelson Mucandze | EDITOR: Reginaldo Tchambule | Terça-Feira, 10 de Dezembro de 2024 | Edição nº: 188 | Ano: 04

Ainda não houve nenhuma medida económica e social para acalmar os manifestantes



As manifestações se transformaram em reivindicação contra a pobreza e injustiças

Conselho de Ministros continua a assobiar para o lado e CP da Frelimo só saúda FDS e Nyusi

Caso Kenmare: Manifestantes começam a ir pedir ajustes de contas nas mineradoras

Nyusi recua no dialogo com políticos e ausculta forças vivas da sociedade

Depois de 16 meses de medidas atabalhoadas, Theunis Crous gaba-se de missão cumprida
Dono da FMA expõe a LAM e acusa nova administração de má gestão e incapacidade

PAG: 05 E 06



PUBLICIDADE

SE TENS 16 A 25 ANOS VAIS GRAMAR!

ACTIVA JÁ O TEU PACOTE JOVEM E CURTE A DRENA

DIGITA ***212#** A PARTIR DE 5MT-350MB

4G

tmcel

Termos e condições aplicáveis

VM diz-se alvo de terceira tentativa de assassinato

O candidato presidencial suportado pelo PODEMOS, Venâncio Mondlane, denunciou, na madrugada de sábado, 07 de Dezembro, que foi alvo de tentativa de assassinato. Sem revelar detalhes, Venâncio Mondlane, através das redes sociais, denunciou o que pode ser a terceira tentativa falhada de o silenciar, tendo deixado, desta vez, indicações para os seus apoiantes em caso de ser abatido pelos esquadrões da morte.



Ainda não houve nenhuma medida económica e social para acalmar os manifestantes

País em chamas: Governo e Frelimo continuam sem soluções

Manifestações se transformaram em reivindicação contra pobreza e injustiças

Conselho de Ministros continua a assobiar para o lado e CP da Frelimo só saúda FDS e Nyusi

Caso Kenmare: Manifestantes começam a ir pedir ajustes de contas às mineradoras

Logo a seguir aos violentos protestos de 2008, 2010 e 2012, nas cidades de Maputo e Matola, durante o consulado de Armando Guebuza, o Governo anunciou um pacote de medidas económicas e sociais, para conter a crise, incluindo a demissão de quatro ministros ao mesmo tempo. Nestas manifestações, que se transformaram em reivindicação contra a pobreza e as injustiças, ainda não houve decisões que faz jus à dimensão do problema - nem sequer um Conselho de Ministros Extraordinário ou a criação de um Gabinete de Gestão da Crise. Do partido Frelimo, saem condenações às manifestações e comunicados da Comissão Política a saudar as Forças de Defesa e Segurança e o Presidente da República, mas nada que busque uma aproximação com o povo que se rebela nas ruas contra a má governação, sobretudo dos últimos 10 anos, que contribuiu para o aumento do descontentamento social, que acabou sendo o combustível ao qual ao candidato presidencial Venâncio Mondlane, simplesmente coube acionar a ignição.



o que se reflectirá, no curto prazo, na inflação galopante, despedimentos por justa causa e deterioração das condições de vida da população.

Compromissos internacionais, como desembolsos de parceiros de cooperação e acordos com instituições financeiras e políticas, estão suspensos à espera da retoma da estabilidade, havendo o risco de se fecharem as janelas de financiamento, devido às burocracias inerentes.

Não é conhecida nenhuma estratégia de gestão desta crise por parte do Governo

Perante o quadro crítico, o Governo e o partido que o suporta ainda não apresentaram um pacote de medidas para estancar as manifestações e assegurar o funcionamento normal do país. O diálogo com Venâncio Mondlane estava, à partida, condenado ao fracasso, por falta de salvaguardas que dessem conforto ao candidato presidencial para se sentar à mesma mesa com Filipe Nyusi.

Os comunicados da Comissão Política do partido Frelimo mantêm a linha anacrónica de saudação das Forças de Defesa e Segurança e do Presidente da República e não apontam caminhos para resolver a crise política.

Os chefes das brigadas centrais – membros da Comissão Política – foram enviados, entre semana passada e esta, às províncias, mas mantêm, perante a população, a narrativa de condenação às manifestações, alerta sobre os impactos negativos na vida da população e a indisponibilidade para negociação.

Até agora, não foi apresentada publicamente, existindo, uma Comissão de Gestão da Crise, responsável por assessorar e aconselhar a Direcção na tomada de decisões face aos impactos das manifestações.

Guebuza tomou medidas imediatas e fez cair quatro ministros

Esta letargia contrasta com a forma como foram geridas eficazmente outras manifestações. Logo a seguir aos violentos protestos populares de 2008, 2010 e 2012, nas cidades de Maputo e Matola, o Governo anunciou um pacote draconiano de medidas económicas e sociais, para conter imediatamente a fúria da população. E conteve!

As medidas passaram pela realização de sessões extraordinárias de Conselho de Ministros, que deliberaram o

cancelamento de viagens internacionais de dirigentes, incluindo a participação do Presidente da República à época na 65ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, na Cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA).

As viagens dos ministros e directores nacionais foram condicionadas à necessidade, assim como também foi limitada a classe no avião para os dirigentes. As manifestações serviram também para mudanças governamentais, tendo sido exonerados, ao mesmo tempo, os ministros do Interior, Saúde, Agricultura e Indústria e Comércio.

O destaque foi, naquele momento, para o afastamento do ministro do Interior, José Pacheco, fortemente criticado pela forma como a polícia respondeu aos protestos contra a subida do custo de vida. Na altura, pelo menos 13 pessoas tinham sido mortas.

Hoje, quando faltam poucos dias para dois meses de manifestações violentas, que se transformaram em reivindicação contra o alto custo de vida, e em que já morreram 100 pessoas, o Governo e o partido Frelimo esqueceram as receitas do passado que contribuíram para devolver a estabilidade social ao país.

Evidências

O ciclo de manifestações violentas convocadas pelo candidato presidencial suportado pelo Podemos, Venâncio Mondlane, em reivindicação dos resultados eleitorais das VIIª Eleições Gerais, vai completar proximamente dois meses sem que o Governo e o partido que o suporta (Frelimo) tenham apresentado medidas para conter a instabilidade política e social crescente.

Desde Outubro, pelo menos 100 pessoas morreram e 274 foram baleadas durante as manifestações e ainda há registo de 3450 detidos, segundo registos das organizações da sociedade civil. Além de saque a estabelecimentos comerciais e bloqueio das vias de acesso, as manifestações resvalaram para a destruição de tribunais, postos policiais, penitenciárias, sedes do partido Frelimo, habitações de responsáveis da polícia, viaturas de corpo de salvação pública, entre outros.

Nas duas últimas semanas, os manifestantes inauguraram uma nova forma de ser e estar que se constitui numa verdadeira ameaça para os mega-projectos. Por exemplo, na localidade de Topuito, no

distrito de Larde, os manifestantes escalaram e invadiram o acampamento da mineradora de areias pesadas Kenmare, onde protagonizaram uma série de exigências, apossaram-se de viaturas, saquearam bens, obrigaram os trabalhadores a manifestarem-se e cercaram o aeródromo local, obrigando um avião que acabava de aterrar a embrenhar uma fuga de emergência. O cenário, gerou receios de que outras comunidades afectadas pela indústria extrativa possam usar os mesmos meios.

O perímetro da Presidência da República, na Cidade de Maputo, na avenida Julius Nyerere, foi fechado nos horários anunciados por Venâncio Mondlane para a paralisação de viaturas, assim como as vias de acesso ao Ministério da Defesa Nacional e à Ponta Vermelha, significando que entidades superiores do Estado se adaptaram às lides do candidato presidencial, uma espécie de arregimentação de um poder a um outro poder.

A economia, no último trimestre deste ano, derrapou, devido ao encerramento de fronteiras, bloqueios de estradas, destruição de património,

Terroristas destroem infra-estruturas e saqueiam medicamentos

Um grupo armado de alegados terroristas atacou, na noite de sábado, o posto administrativo de Muaguide, a 50 quilómetros da sede do distrito de Meluco, província moçambicana de Cabo Delgado, disseram à Lusa fontes das autoridades. Segundo fonte da Força Local (paramilitar), os rebeldes protagonizaram o ataque, por volta das 18:00, à sede do posto de Muaguide, onde feriram um agente da polícia moçambicana, destruíram a casa do chefe do posto e saquearam medicamentos no centro de saúde local.



Marcha não comunicada às autoridades foi denunciada à Procuradoria pela edilidade

Frelimo é corrido pelos 20% e abandona a marcha da vitória em Quelimane

A chefe da brigada central da Zambézia, Margarida Talapa, esteve entre os manifestantes

Sob liderança de Manuel de Araújo, Podemos e Renamo têm marchado todos os dias.

A Frelimo a nível da província da Zambézia decidiu promover a marcha dos 70% em saudação da vitória do partido e seu candidato Daniel Chapo, mas o tiro saiu pela culatra. A princípio, o roteiro que compreendia a zona de cimento da autarquia da Quelimane, capital da Zambézia, foi substituído por uma sentada no pavilhão de Benfica, mas nem mesmo com esta mudança saiu como esperado. Depois de umas duas músicas e cantos de celebração, um grupo de manifestantes que se supõe serem da Renamo e Podemos, que se uniram para marchar todos os dias em protestos aos resultados eleitorais, aproximou-se do local. Ao se aperceber da aproximação, os manifestantes da Frelimo saíram do pavilhão em debandada enquanto tiravam camisetas do partido para não serem reconhecidos. A semelhança do que aconteceu noutros pontos, a marcha da Frelimo - que nunca viu suas passeatas recusadas num contexto em que nenhuma marcha da oposição ou sociedade civil é autorizada - não foi comunicada às autoridades e foi denunciada à procuradoria provincial pela edilidade, sob o mesmo argumento que a Frelimo evoca nas cidades onde governa as autarquias: falta de autorização, no caso, de comunicação.

Evidências

O Frelimo, a nível da província da Zambézia, promoveu, no sábado passado, a marcha da vitória do partido e seu candidato presidencial Da-

(CNE). A marcha da Frelimo não obedeceu a lei que manda comunicar (que não se confunde com o pedido de permissão) às autoridades autár-



Ao se aperceber da aproximação da marcha da oposição, os manifestantes da Frelimo levantaram em debandada e cada um começou a fugir em sua direcção. Um vídeo amador mostra um simpatizante do partido a correr enquanto desfazia-se da camisa da Frelimo, o que sugere, sem dúvidas, que se tornou perigoso em alguns lugares ser do partido que sustenta o governo, degradando a tolerância política que nunca fez parte da gramática daquele partido.

niel Chapo, na mesma cidade (Quelimane) onde a oposição tem marchado todos os dias em protestos contra os resultados divulgados pela Comissão Nacional das Eleições

quicos e partilhar o respectivo roteiro. O facto terá obrigado a edilidade de Quelimane a denunciar essa inobservância legal a Procuradoria Provincial.

Mas não foi essa inobservância legal que veio a colocar a marcha da Frelimo no centro das atenções. Foi a suposta marcha dos 20 por cento e mais (inclui a Renamo) em direcção ao Pavilhão do Benfica, bem próximo do município, onde decorria o evento da Frelimo, testemunhada pela Chefe da Brigada Central de Assistência a província, Margarida Talapa.

Ao se aperceber da aproximação da marcha da oposição, os manifestantes da Frelimo levantaram em debandada e cada um começou a fugir em sua direcção. Um vídeo amador mostra um simpatizante do partido a correr enquanto desfazia-se da camisa da Frelimo, o que sugere, sem dúvidas, que se tornou perigoso em alguns lugares ser do partido que sustenta o governo, degradando a tolerância política que nunca fez parte da gramática daquele partido.

As manifestações na Zambézia têm sido liderados pelo Podemos e Renamo, um casamento que coloca Manuel de Araújo, actual Presidente do Conselho Municipal no topo,

como o candidato eleito para governar a província. Uma realidade desmentida pelos dados da CNE.

Manuel de Araújo diz que marchas só vão terminar com a reposição da verdade eleitoral

Através de uma carta dirigida às lideranças comunitárias e religiosas; partidos políticos, movimentos cívicos e organizações da sociedade civil; instituições académicas e educativas; imprensa nacional e internacional; organizações internacionais e corpo diplomático, Autoridades Governamentais Locais e Nacionais; Forças de Defesa e Segurança, Manuel de Araújo reitera que a província da Zambézia sempre foi o bastião da liberdade, da democracia e da escolha consciente.

O cabeça-de-lista da Renamo ao cargo de Governador da província da Zambézia nas Eleições Gerais, Legislativas e das Assembleias Provinciais, realizadas em Outubro do ano em curso, refere que não reconhece os resultados

anunciados pela Comissão Nacional de Eleições, visto que tem a certeza que o seu partido foi o mais votado naquele ponto do país.

“Desde tempos imemoriais, a Zambézia sempre foi um bastião da liberdade, da democracia e da escolha consciente. Em eleições sucessivas, este povo manifestou inequivocamente a sua confiança na RENAMO como o verdadeiro representante das suas aspirações e sonhos. Desta feita, mais uma vez, a Zambézia escolheu a RENAMO para liderar os destinos desta província, e não permitiremos que a vontade soberana do nosso povo seja obliterada por quaisquer artimanhas ou manipulações engendradas por entidades como a CNE, o STAE ou quem quer que seja”, lê-se na carta.

O direito à manifestação está plasmado na Constituição da República de Moçambique, daí que Manuel de Araújo convoca todos os zambezianos para se manifestarem pacificamente com

Renamo e MDM defendem anulação de eleições para acabar com conflito

A Renamo e o MDM, por sinal os partidos da oposição com assentos na Assembleia da República na última legislatura, defendem que a única solução para pôr fim à crise pós-eleitoral que o país atravessa é a anulação das eleições gerais, realizadas no passado dia 9 de Outubro. O PODEMOS, por sua vez, entende que não há necessidade de anular as eleições, desde que seja reposta a verdade eleitoral.



Venâncio Mondlane dispara contra académicos e intelectuais moçambicanos

“São parasitas, abutres e hienas”

Numa altura em que um grupo de proeminentes académicos e personalidades nacionais tem se esmerado em busca de soluções para a crise que o país atravessa, Venâncio Mondlane, candidato presidencial suportado pelo partido PODEMOS, decidiu criticar profundamente aquilo que chamou de académicos e intelectuais parasitas, abutres e hienas, alegadamente por não se identificarem com as causas e apoiarem ideias “frelimistas” em detrimento da verdade eleitoral.

Evidências

Mondlane, que convocou as manifestações gerais em protestos aos resultados eleitorais de 09 de Outubro, diz que os intelectuais se furtam de debater assuntos socialmente relevantes e, simplesmente, querem se beneficiar da luta do povo. Não se referiu directamente ao grupo de Reflexão de Paz que, recentemente, apresentou um “manifesto cidadão”, mas a referência a “conferências” faz depreender que se refere ao mesmo que propôs a realização de uma Conferência Nacional de Paz.

“Ninguém está preocupado em debater os problemas do povo, estão sempre preocupados em promover conferências. Infelizmente, é esta intelectualidade que nós temos, parasita, esta intelectualidade que nós temos de abutres, é esta intelectualidade que nós temos de hienas, daqueles que comem carne putrificada e querem sugar e estão comer para depois se exporem em cima dos corpos daqueles que

morreram, eles aparecem e querem glória por cima dessas mortes”, lamentou.

“O presidente eleito e vencedor”, como se proclama, manifestou sua indignação pelo facto dos académicos e intelectuais não discutirem o nível de violência que muitas vezes culmina em mortos e feridos.

“Ninguém está preocupado com as noventa almas perdidas, todos falam disso mas não oiço ninguém da classe da elite, a tal chamada classe média, dos académicos, intelectuais, professores universitários a dizerem que há esses direitos que serem respeitados, vocês podem se manifestar mas não impeçam o direito de não manifestar, mas não oiço nenhuma dessas pessoas da elites a vir falar de perdas de vidas cujos sonhos foram interrompidos por uma violência extrema exagerada”, sublinhou.

Mondlane lembrou da morte do saudoso advogado Elvino Dias, de quem actualmente



pouco se fala, aliás “caiu” no esquecimento e os intelectuais não discutem isso e nem pressionam o Governo, especificamente a FRELIMO, para parar com o jorramento de sangue nas estradas, apenas estão preocupados com o fim das manifestações para livre-trânsito.

“Elvino Dias, o advogado, deixou uma viúva que se chama Esmeralda, com três filhos, ninguém se recorda disso, ninguém fala disso, os intelectuais esqueceram. Ninguém fala deste que era chamado advogado do povo que perdeu a

vida, mas dizem que as manifestações devem parar porque estão a atrapalhar a circulação livre. Mas ninguém diz que o Governo deve parar de matar pessoas, esses mesmos intelectuais não falam sobre isso”, recordou.

O candidato presidencial, mais uma vez, levantou outros episódios que merecem atenção, mas carecem da intervenção dos académicos. Deu exemplo de má actuação da PRM em vários pontos do país que culmina com detenções, feridos e mortes, por isso, é desta tese que questiona a va-

lência da intelectualidade moçambicana.

“Onde é que está a intelectualidade, onde estão os professores universitários, onde é que estão os académicos, onde é que está a elite, que agora quer fazer conferências, quando o povo está a morrer na rua. Querem andar em simpósio quando o povo está a morrer na rua, onde está essa elite, se encontra aonde?”, questionou Mondlane, acrescentando que “são os mesmos professores universitários, académicos, que vem falar mal das manifestações e dizem que os miúdos não podem ficar na rua (...) porque querem circular livremente”.

Venâncio Mondlane diz que todo esforço empreendido pelos académicos e intelectuais não tem em vista defender o povo “oprimido”, se não ser conotados de “super homens” em mesas redondas para pacificar o país.

“São esses que se dizem intelectuais, professores universitários e se intitulam académicos que nada fazem pelo povo que sofre há anos, desde a independência deste país. Querem ganhar protagonismo, querem aparecer como salvadores, são esses que querem resolver a miséria, a verdade eleitoral na base de um seminário, na base de conferências, são esses que nós temos hoje, fazer mais o quê?”, desabafou.

Continuação da pag 03

vista a exigir a reposição da verdade eleitoral.

“Conforme consagrado na Constituição da República de Moçambique, especialmente no artigo 51.º, que garante aos cidadãos o direito de reunião e manifestação pacífica, e artigo 2.1.º, que proclama a soberania como pertença única ao povo, convocamos todos os zambezianos, em cada distrito, localidade e bairro desta vasta e rica província, a erguerem as suas vozes de forma pacífica e ordeira, para exigir a reposição

da verdade eleitoral. Esta é uma luta que transcende partidos políticos; é uma luta pelo respeito à democracia, pelo futuro dos nossos filhos e pela integridade do nosso país. Não nos levantamos contra a lei, mas sim em sua defesa. Reafirmamos que todos os nossos actos respeitarão escrupulosamente o que a Constituição determina, pois é na legalidade que a nossa força reside”.

Na luta pela reposição da verdade eleitoral, o actual edil

de Quelimane pediu apoio das organizações estatais, internacionais e, sobretudo das Forças de Defesa e Segurança que, ao seu ver, devem ser usados com instrumentos para reprimir os legítimos anseios do povo.

“Exorto, pois, as lideranças comunitárias e religiosas, os movimentos cívicos, as organizações da sociedade civil, as instituições académicas, a imprensa, as organizações internacionais e as autoridades governamentais, a unirem-se

conosco nesta causa justa e nobre. Apelo igualmente às Forças de Defesa e Segurança para que sejam guardiãs da paz e não instrumentos de repressão contra os legítimos anseios do povo. O papel das forças armadas é proteger a nação, e não silenciar as vozes que clamam pela justiça”.

Nas entrelinhas, Manuel de Araújo reiterou que a luta pela reposição da vontade do povo expressa através das urnas é de todos moçambicanos, pedindo que os mesmos se ins-

pirem nos ideais de Afonso Dhlakama e Samora Machel.

“A Zambézia escolheu. A Zambézia sempre escolheu. E não nos curvaremos diante de artifícios destinados a roubar o que nos pertence por direito. Esta luta é de todos nós, pela Zambézia, por Moçambique, pela liberdade. Que o espírito de Samora Machel, Eduardo Mondlane, André Matsangaisa e Afonso Dhlakama e de todos os que tomaram pela dignidade da pátria nos inspire e guie”.

Supostos manifestantes libertam 46 reclusos em Chibuto

Na última semana, no âmbito das manifestações em busca da reposição da verdade eleitoral, supostos manifestantes tomaram um estabelecimento penitenciário, no distrito de Chibuto, província de Gaza, e libertaram 46 reclusos. Os guardas prisionais ora em serviço não conseguiram impor-se ao elevado número de pessoas no local. Segundo revelou o director do serviço penitenciário de Gaza, os manifestantes agrediram e destruíram as portas de acesso às celas.



Depois de 16 meses de medidas atabalhoadas, Theunis Crous gaba-se de missão cumprida

Dono da FMA expõe a LAM e acusa nova de administração de má gestão e incapacidade

Theunis gaba-se de ter deixado a empresa com custos controlados e receita em alta

“Um dos contratemplos mais significativos parece ser o vazio de liderança”, acusa.

A realidade expõe uma intervenção falhada e com prejuízos financeiros, operacionais e reputacionais cuja consequência alastrou-se para nova gestão.

“LAM permanece susceptível a interferências políticas, que (...) entram em conflito com as boas práticas comerciais”, aponta.

Enquanto as Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) sucumbem, com atrasos, diminuição da frota, perda de confiança e dívidas com os fornecedores, problemas crónicos que se agudizaram no decurso da intervenção, há uma tendência de se forçar a ideia de que a Fly Modern Ark cumpriu sua missão. Depois do ministro de Transporte e Comunicações, Mateus Magala, que chegou mesmo a mentir e falar de milhões de dólares em receitas como parte de desempenho da empresa sul-africana, responsável por uma intervenção que durou 16 longos meses de medidas atabalhoadas, na semana passada, foi a vez Theunis Crous, dono da FMA, a fazer o seu sumário da intervenção. Agora por fora e talvez com uma visão melhor, Crous, enquanto gaba-se enumera os problemas e os indica a dedo: “má gestão e incapacidade de implementar medidas de controlo de custos introduzidas pela Fly Modern Ark”. Para ele, a saída da FMA não foi substituída por uma administração a altura. Daí conclui que, para além de sinais de incompetência e má gestão, há vazio da liderança na LAM.

Evidências



Theunis Crous fez seu sumário no seu perfil de LinkedIn, onde debruça sobre os problemas conhecidos da LAM. No entanto, ao que constatamos, ele peca por não assumir que são problemas que foram registados também na sua passagem pela companhia de bandeira, onde de dono da empresa gestora da LAM passou para diretor-geral interino durante três meses.

No total, esteve na gestão

da LAM por um período de 16 meses e depois cedeu às pastas para Administração de Américo Muchanga, que não poupa de acusar de incompetente e de falta de capacidade para liderança. Neste percurso, cometeu muito males, incluindo o aluguer de um cargueiro a ser devolvido próximo semana (19), sem nunca ter voado, depois de ficar no chão por 12 meses a pagar 95 mil dólares/mês. Esta inclui outras me-

das que podem ser vistas na edição de 187, de 03 de Dezembro, onde este jornal deu contextualização à intervenção do ministro de Transporte e Comunicações, que numa mentira premeditada, com recurso a informações distorcidas, fazia balanço positivo do desempenho da FMA.

A publicação de Theunis Crous sugere um esforço combinado com o governante de forçar uma narrativa de

sucesso, mesmo diante do fracasso palpável. Aliás, o ministro teria feito o desafio de que se a empresa sul-africana

rea parece estar lutando mais uma vez com ineficiências operacionais, perdas financeiras e um declínio na satis-



apresentasse bons resultados, não teria o porquê interromper a intervenção. Como já ficou evidente diversas vezes, o ministro que já tinha poder de manter a FMA, não teve argumentos, a empresa de Crous tinha falhado em tornar a LAM sustentável. E saiu pela porta dos fundos sem pompas em contraste com a sua entrada triunfal e sem nenhum relatório técnico que permitisse medir, sem paixões, o (in)sucesso do seu desempenho.

Na sua publicação, Theunis Crous escreve que quatro meses depois de a FMA ter concluído a sua parceria de reestruturação de 12 meses (teve mais três meses como diretor interino) com a LAM, a transportadora nacional encontra-se numa posição precária. “Apesar de um período de estabilidade e otimismo durante o mandato da Flymodernark, a companhia aé-

fação do cliente”, gaba-se o gestor controverso.

De acordo com Theunis Crous, quando a FMA saiu de sua função de reestruturação, a LAM ficou com um plano para agilizar as operações, otimizar custos e melhorar a prestação de serviços. No entanto, observa que os desenvolvimentos recentes sugerem que a companhia aérea não conseguiu sustentar o impulso criado durante a fase de reestruturação.

“Os relatórios indicam cancelamentos e atrasos frequentes de voos, uma reminiscência do caos pré-reestruturação da LAM. O desempenho pontual antes melhorado, uma conquista importante durante o mandato da Flymodernark, deteriorou-se significativamente, deixando os passageiros frustrados e manchando ain-

Mais de 80 pessoas morreram desde o arranque da crise pós-eleitoral

De acordo com a Plataforma Eleitoral Decide, desde o arranque das manifestações convocadas por Venâncio Mondlane em protesto contra os resultados eleitorais, cerca de 88 pessoas perderam a vida e 274 contraíram ferimentos, entre graves e ligeiros. Para além de mortos e feridos, as organizações da sociedade civil apontam ainda que há registo de 3.450 detidos.



Continuação da pag 05

da mais a reputação da companhia aérea”, descreve, naquele pode a ser a visão mais fiel da empresa, mas que não é nova.

Para Crous, apesar dos esforços para controlar os custos e aumentar as receitas, a situação financeira da LAM parece ter piorado. “Fontes dentro da companhia aérea sugerem má gestão e incapacidade de implementar medidas de controle de custos introduzidas pela Fly Modern Ark. Os fluxos de receita de rotas internacionais, como o serviço Maputo-Lisboa, também diminuíram devido à redução da confiança dos passageiros”, escreve.

Crous entende que os problemas de gerenciamento de frota da LAM ressurgiram com relatos de aeronaves aterradas devido a atrasos na manutenção. E acusa que as operações simplificadas da frota estabelecidas no âmbito do FMA estão sendo prejudicadas, levando ao aumento dos custos operacionais e à redução da confiabilidade da rota.

Um dos contratempos mais significativos “parece ser o vazio de liderança”

“Um dos contratempos mais significativos parece ser o vazio de liderança deixado pela saída de Flymodernark”, sentencia Crous, prosseguindo que a administração interna da companhia aérea, agora totalmente responsável pela execução das estratégias estabelecidas, “parece não ter experiência ou força de vontade para impulsionar as mudanças necessárias. Os observadores constataram um regresso às ineficiências burocráticas e à resistência à modernização, comprometendo os progressos realizados du-



ca da confiança. Mas ele gaba-se que essa confiança existia aquando da intervenção da FMA, e não somente, mas isso foi antes de se ter o portfólio da FMA, quando a imagem da empresa gestora era aquela apresentada pelo ministro.

“O declínio acentuado na LAM levanta questões sobre a governança da companhia aérea e sua capacidade de manter as reformas”, aponta, gabando-se que “embora a FMA tenha lançado as bases para um futuro sustentável, a falta de acompanhamento da administração da LAM destaca problemas sistêmicos que vão além de correções tem-

truturação operacional e financeira. Ele fala de interferência política. “Como empresa estatal, a LAM permanece suscetível a interferências políticas, que muitas vezes entram em conflito com as boas práticas comerciais”, anota.

Concluiu que a “ausência de liderança visionária e a dependência de práticas ultrapassadas sufocaram a inovação e o progresso”. No caso de Moçambique, esta é uma realidade que assombra quase todas as empresas públicas, que sucumbe às ordens políticas. Aliás, a própria entrada da FMA na LAM foi produto de interferência política, que

O testemunho do ministro

Dias antes da publicação do Theunis Crous, no dia 29 de Novembro, o ministro veio novamente, com vícios à mistura, fazer um balanço positivo sobre a intervenção da FMA. Para Magala, aquela empresa sul-africana que esteve à frente das LAM com a missão de revitalizar e tornar a companhia de bandeira mais competitiva no mercado, cumpriu sua missão.

“A companhia estava insolvente. Significa que ia fechar as portas. E eles, em menos de um mês, mostraram que não, não estava insolvente. Só isso é muito. São milhões de dólares. Milhões de dólares, em um mês. Então, se nós não conseguimos apreciar isso como um passo positivo, penso que não seremos razoáveis”, disse, em uma declaração que mostra-se longe da realidade da empresa.

E mais. Magala disse que a Sul-africana introduziu novas rotas sem, no entanto, mostrar a outra faceta dessa medida. “Estamos aí em Portugal, mas não só ao nível nacional. Há mais frequência, etc. Na verdade, nós fizemos uma pequena análise na semana antepassada. E constatamos que todas as rotas nacionais, com exceção de uma, que penso que é Tete-Maputo, numa ida ou numa direção, é que ainda tem uma pequena deficiência em termos de lucro ou rendimento. As outras são rentáveis”.



rante a fase de reestruturação”.

Ainda na senda dos problemas, aponta o que todos já sabem: a per-

porárias”.

Crous fala ainda da falha na implementação de reformas, na rees-

fez grossa as sugestões dos antigos gestores da empresa, que tinham arrolado as possíveis saídas da crise.

Registro: 011/GABINFO-DEP/2020

**DIRECÇÃO | REDACÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO**

Avenida 24 de Julho; nº 4318; 1º andar
esquerdo; Cidade de Maputo

DIRECTOR:

Nelson Mucandze | 84 6198544 |
mucandze@evidencias.co.mz

EDITOR:

Reginaldo Tchambule | 828683866 |
r.tchambule@evidencias.co.mz

ADMINISTRAÇÃO:

Ângela Fortunato
| admin@evidencias.co.mz
Contacto: +258 840401038 |

COMERCIAL:

| comercial@evidencias.co.mz
Contacto: +258 840401038 |

REDACÇÃO

Email: redacao@evidencias.co.mz

JORNALISTAS: Duarte Siteo
e Aldo Matsinhe |

REVISOR: Wells Matsinhe |
EXPANSÃO:

Edmilson Mate Cell: 847574905 |

CORRESPONDENTES: Beira - Jossias
Sixpence | Nampula – Francisco Máquina,
Pemba - Adolfo Manuel

COLUNISTAS EFECTIVOS: Luca Bussotti,
Estevão Chavisso, Felisberto Botão,
Alexandre Chiúre, Teodósio Camilo

Propriedade de:



Lúrio Comunicação Lda

Numero de Registro de Entidade
Legais: 101353478

A menos de 45 dias do fim do mandato, eis o saldo...

Uma ausência de poder e um país em chamuscas que vão se alastrando a cada dia, com cada grupo reivindicando o que bem entende, desde o direito de estabelecer suas próprias portagens até os que buscam justificar saques de empreendimentos privados, passando pelo coagir de empresas para assinarem compromissos de responsabilidade social. Em todo esse roteiro, nada consta sobre a causa do problema, a fraude eleitoral que, afinal, foi o protesto formal para mostrar em que estivemos assentes nos últimos dez anos, mesmo que alguém ouse nos forçar a olhar acima dos 32 anos do multipartidarismo.

Não há aqui inocentes. O Governo actual nunca esteve à altura dos desafios do país. E, com isto já assumido, a ele cabia a responsabilidade de manter o país funcional, estável e governável. Mas quis mais que isso, tentou forçar o legado e foi daí que criou mais problemas para si, aliás, sempre foi bom em criar problemas. A Tabela Salarial Única foi apenas um exemplo de criação de um problema. A crise pós-eleitoral é outro exemplo claro.

E a consequência é esta: Maputo isolado desde sábado. E nesta segunda-feira (09), o isolamento evoluiu para os bairros. Enquanto isso, os mercados estão a ficar sem stock. A EN1 (Bobole) bloqueada e centenas de transeuntes dormindo desde sábado à segunda-feira no relento, submetidos a condições desumanas de não ter para onde ir para satisfação de necessidades básicas. E a consequência é o retrocesso que só tende a aumentar.

Em Gaza, o bastião da Frelimo, as chamuscas se alastraram e ficou difícil de distinguir os manifestantes dos oportunistas. Mais do que isso, ficou difícil reconhecer os agentes do Estado, porque a reacção se mostrou distante de uma Polícia a serviço do povo, pelo contrário, as mortes ocorridas

na tentativa de conter ou dispersar os manifestantes foram consequência dos tiros da polícia. Porque estamos a retratar questões que transcendem disputas partidárias, podemos ignorar o facto de a chefe da Brigada Central da Província da Zambézia, Margarida Talapa, ter sido enxovalhada em Quelimane na manifestação dos 70%, e nos concentrar em Nampula, onde o povo bem organizado foi reivindicar a promessa de anos à empresa Kenmare e descobriu que afinal foi enganado pelo Governo, que foi buscar dinheiro, mas não canalizou às comunidades. Um roubo comum por aqui.

Mesmo cenário viria a repetir-se em Ressano Garcia, expondo a rejeição de um Governo que vai timidamente atirando a toalha, uma postura que reflecte a aceitação da falta de legitimidade e se encolhendo num problema que constitui a urgência do momento.

Este é o retrato do país, com circulação condicionada, ocorrência de mortes e com a inflação cada vez mais descontrolada, enquanto diminuem os stocks. Um problema em que todo o moçambicano se revê e, em corro, assumem a necessidade urgente de lutar pela salvação da integridade do país e da paz. No entanto, curiosamente, esta não é a agenda do Chefe do Estado, que chegou a comprometer-se em terminar o seu mandato com este problema resolvido. Hoje, lhe falta apenas 45 dias, sim, 45 dias depois dos longos nove anos e 10 meses a tomar medidas atabalhoadas que nos conduziram a este fracasso, que transcende as eleições de 09 de Outubro de 2024, mas expõe a degradação dos pilares de um país: as instituições fortes e credíveis. São as consequências de um regime que tinha em cada reforma pública uma bolada, foi assim com os livros (educação), fármacos (saúde), combustíveis e por aí. É mesmo saldo de uma governação.

PR lamenta o trágico acidente de viação que matou 15 pessoas em Morrumbene

O Presidente da República lamenta o trágico acidente de viação que ceifou quinze vidas humanas, esta sexta-feira, na Estrada Nacional número 1 (EN1), no distrito de Morrumbene, província de Inhambane. Em mensagem na sua página do Facebook, Filipe Nyusi reforça a necessidade de prudência e respeito às regras de trânsito, e apela aos condutores a ajudarem a prevenir tragédias tão devastadoras como esta que ocorreu em Morrumbene.



Ao propor a solução para saída da crise pós-eleitoral

PODEMOS reitera que é preciso se repor a verdade eleitoral

O partido PODEMOS e o seu candidato, Venâncio Mondlane, reclamam vitória das Eleições Gerais, Legislativas e das Assembleias Provinciais, realizadas no passado dia 09 de Outubro. A força política que suportou a candidatura de Mondlane refere que o Conselho Constitucional não pode partir para a fase de validação das eleições sem apreciar o recurso por si apresentado, reiterando, por outro lado, através do seu porta-voz, Dinis Tivane, que é preciso que haja reposição da “verdade eleitoral”.

Duarte Siteo

O Conselho Constitucional (CC) vai, nos próximos dias, dar o seu veredito no que as Eleições Gerais, Legislativas e das Assembleias Provinciais dizem respeito, depois da Comissão Nacional de Eleições ter declarado a Frelimo e o seu candidato, Daniel Chapo, vencedores.

Recentemente, a instituição liderada por Lucia Ribeiro referiu que o PODEMOS não apresentou o recurso em relação às eleições presidenciais. No entanto, Dinis Tivane refere que houve equívoco da parte do Conselho Constitucional.

“Efectivamente, a forma como está escrito o nosso re-

curso pode tender a dar essa sensação, mas decorre que, por razões jurídicas, nós respondemos a deliberação 105 da CNE e a titulação dessa deliberação é relativa a realização de todas eleições. Portanto, a eleição presidencial, legislativa e provincial, razão mais do que bastante para nós percebermos de que não pode proceder a alegação segundo a qual o PODEMOS deixou de fazer recurso em relação a algumas eleições”, esclareceu o porta-voz do PODEMOS, para depois trazer à baila o decreto que anulou a inscrição da CAD.

“Podia chumbar a CAD invocando factos que ocorre-



ram num momento transato, portanto, em momento que já tinha consolidado como dado adquirido. E agora que é para chumbar a eleição no Zimbábue diz que já não pode porque é intempestivo”.

Por outro lado, Dinis Tivane reiterou que é preciso que o Conselho Constitucional repo-

nha a vontade dos moçambicanos exposta através das urnas.

“O que nós exigimos é a verdade eleitoral (...), o público aí fora, muitas vezes, confunde que verdade eleitoral é consagrar Venâncio Mondlane vencedor, não é isso. Entendamos uma coisa: nós estamos num Estado de Direito Democráti-

co, significa que as instituições e os assuntos que essas instituições lidam devem obedecer aquilo que o Instituto Legal preconiza. A eleição é sui generis um processo jurídico. Então, quando se diz verdade eleitoral, devemos seguir toda a tramitação e todos os passos juridicamente impostos”, esclareceu.

Operadoras de telefonia móvel proibidas de bloquear acesso à internet

Por entender que as três operadoras violaram os direitos dos cidadãos, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) entrou com uma acção com vista a responsabilizar o Estado e indemnizar as vítimas que ficaram afectadas com o bloqueio da internet. Recentemente, o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM) notificou o CDD de uma sentença que proíbe as operadoras de telefonia móvel de bloquearem o acesso à internet.

Evidências

Entre Outubro e Novembro do ano em curso, as três operadoras de telefonia móvel que operam no país, nomeadamente, TMCEL, Vodacom e Movitel, bloquearam por alguns dias o acesso à internet em Moçambique para impedir a circulação de informações sobre a repressão policial durante as primeiras duas fases manifestações.

O Centro para a Democracia e Direitos Humanos, Centro

de Integridade Pública (CIP) e Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) criticaram o Governo e, sobretudo, as operadoras por terem violado os direitos dos moçambicanos, tendo, por isso, movido uma acção criminal contra os mesmos.

O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, segundo o Media Fax, notificou, recentemente, a sociedade civil sobre



uma providencia cautelar que proíbe as três operadoras de bloquearem o acesso à internet em Moçambique.

A decisão do colégio dos Juizes é, diga-se em abono da verdade, uma vitória da sociedade civil na defesa dos direitos hu-

manos e direitos fundamentais dos moçambicanos numa altura em que o país encontra-se mergulhado numa crise eleitoral.

CC diz estar empenhado no processo de validação dos resultados eleitorais

O Conselho Constitucional diz estar empenhado no processo de validação dos resultados das eleições gerais de 09 de Outubro último, estando neste momento a confrontar e a reverificar os editais e as actas disponibilizados por partidos políticos e organizações da sociedade civil. Num comunicado, o Conselho Constitucional afirma que existem casos graves de editais duplicados, falsificados, preenchidos e assinados pelo mesmo punho, com o objectivo de ludibriar este órgão que tem a responsabilidade exclusiva de validar e proclamar os resultados das eleições.



Dados do MGCAS apontam que cerca de 727 600 de cidadãos são deficientes

Deficientes queixam-se de exclusão social e falta de oportunidades

Em Moçambique, embora a Assembleia da República tenha aprovado recentemente (03.04), a Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, muitos deficientes ainda enfrentam desafios diários que vão além das barreiras físicas. A exclusão social, a discriminação e a falta de oportunidades são questões persistentes que afectam directamente a vida de milhões de deficientes. Face a esta situação, o Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD), entende que o problema se deve, primeiro, ao quadro político legal que não dá devida atenção a esses grupos, enquanto que, para o psicólogo, a exclusão social é um acto de “violência”.

Elisio Nuvunga

De acordo com dados do Ministério de Género, Criança e Acção Social, cerca de 727 600 de cidadãos são deficientes, cifra equivalente a 2,6 % da população. Nesta estatística cerca de 15,8 % tem membros inferiores amputados, 7,2% com membros superiores amputados, 06% correspondente a paralisia, 8,9% com deficiência auditiva visual e 7,4% com perturbações mentais.

ciência para além das batalhas diárias que cada um enfrenta. Há quem frequentemente é discriminado no posto de trabalho, na escola, universidade, no meio de transporte público, sociedade entre pontos diversos.

Maria Chiconela é deficiente física, tem 37 anos de idade e vive na capital do país, Maputo. Partilhou um pouco da sua rotina e lamentou sua condição. Chiconela diz que



Mas isso tem explicação: “É que os cobradores pensam que nós (deficientes) ocupamos muito espaço por causa da cadeira de rodas. Muitas vezes só saio da paragem quando aparece alguém (chapeiro) de bom coração”, acrescentou.

Quem também tem uma vida desafiante é o Alcídio Vasconcelos. É deficiente físico, tem 29 anos de idade, é formado e mesmo assim desempregado por conta da deficiência física. Vasconcelos sofre de hipercefise popularmente tratada de “corcunda”, uma doença óssea causada por desvio postural, fazendo com que apresente uma curvatura acentuada na região torácica da coluna vertebral.

Por conta da sua condição física, queixa-se da falta de oportunidades sobretudo de emprego para além da discriminação gratuita.

“Viver com corcunda tem sido um peso de discriminação e falta de oportunidades. Sinto que as pessoas me olham com estranheza, como se fosse algo fora do comum, como se a minha transpiração fosse culpa minha. Nos ambientes sociais muitos me olham mal, como se estivessem a ver uma coisa fora do normal”, lamentou.

É mestre de mão cheia na

área de electricidade. É formada pela Escola Profissional de Assis, no bairro de Mume-mo, Município de Marracue-ne. Já trabalhou numa empresa por dois anos onde entrou como estagiário mas, quando a empresa faliu, um caminho para frustração, humilhação para ter outro emprego.

“Desde que a minha antiga empresa fechou, onde trabalhei dois anos e nunca mais tive emprego. Já perdi várias oportunidades de trabalho porque, durante as entrevistas, o entrevistador quando vê meu estado físico, em vez de perguntar sobre minhas capacidades, simplesmente me olham com desdém. Muitas vezes, sinto que, mesmo quando estou preparado e capacitado, sou descartado por algo que não posso controlar. A sensação de estar sempre diferente é exaustiva”, explicou.

Chama-se Fernanda Massinga, tem 38 anos de idade, é deficiente visual. O seu problema de vista não é adquirido, aliás é de nascença. Como os demais, sobretudo supracitados, sofre qualquer tipo de exclusão. Massinga começou por contar que o problema de discriminação sempre esteve presente em toda sua vida em toda sua vida.

“Desde criança, sempre

sofri bullying principalmente na escola. Quando fazia ensino secundário meus colegas

Desde que a minha antiga empresa fechou, onde trabalhei dois anos e nunca mais tive emprego. Já perdi várias oportunidades de trabalho porque, durante as entrevistas, o entrevistador quando vê meu estado físico, em vez de perguntar sobre minhas capacidades, simplesmente me olham com desdém. Muitas vezes, sinto que, mesmo quando estou preparado e capacitado, sou descartado por algo que não posso controlar. A sensação de estar sempre diferente é exaustiva.

sempre gozaram comigo, diziam para sentar no chão para

Continua na pag 21



Ainda no mesmo universo de 727 600, o relatório do Ministério de Género, Criança e Acção Social, aponta que o país tem 10, 8% com deficiência visual mesmo usando óculos, 5, 2% não consegue ouvir mesmo usando aparelho auditivo, 15,3% com problemas de locomoção e 4,5% com problemas de memória.

O Evidências ouviu histórias reais de quem vive o drama de ser portador de defi-

não é fácil tomar transporte público, aliás, só toma-o em caso de aparecer alguém de “bom coração”.

“Não é fácil ser deficiente”, disse em forma introdutória como quem está cansada da sua condição. “Sofro muito para pegar chapas (transporte público) quando quero sair. Fico por muito tempo na paragem espera de chapa. Não é porque não tem carros”, lamentou.

FRELIMO cogita possibilidade de processar VM7 pela destruição da sua sede

A FRELIMO na província de Gaza admite a possibilidade de processar o partido PODEMOS e o seu candidato presidencial, Venâncio Mondlane, pela destruição da sede do partido, que ocorreu na quarta-feira, 04 de Dezembro, em Xai-xai. Daniel Matavele, Secretário do Comité Provincial da FRELIMO, na província de Gaza, disse que as manifestações não foram pacíficas porque os manifestantes agiram de forma criminosa sob as ordens de Venâncio Mondlane, por isso admite a possibilidade de processar o PODEMOS e seu candidato.



Foi detido no quartel por condenar má actuação e violência da polícia

Esposa do militar detido por apoiar manifestações revela que marido está debilitado e com marcas de tortura

A esposa de um militar das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), detido, há dias, após viralizar nas redes sociais um vídeo em que mostra apoio às manifestações e condena a actuação violenta da Polícia da República de Moçambique (PRM), acaba de romper o silêncio para revelar que o seu marido continua encarcerado no quartel da Base Aérea, na cidade de Maputo, sem direito a visita e pode estar a sofrer tortura psicológica. Aos moçambicanos, a jovem pede apoio para conseguir urgentemente a soltura do marido que não foi ainda apresentado a nenhum juiz. Conta que a última e única vez que viu seu marido ostentava sinais de debilidade física e psicológica, o que pode ser resultado de tortura.

Elísio Nuvunga

Após confirmar ao Evidências a detenção do seu marido, Maria (nome fictício para preservar a sua identidade) disse não ter muitas informações sobre o marido, aliás as poucas que tem são partilhadas pelos colegas dele.

Quando o viu, por sinal uma e única vez, conta que estava debilitado física e psicologicamente, por isso pede a soltura do seu homem. Aliás, não tem dúvidas de que este é inocente, pois foi encarcerado simplesmente por ter condenado a má actuação e violência policial.

“Quero pedir ajuda a quem de direito porque meu esposo está preso desde aquele dia que fez o vídeo, ele está lá retido até hoje e eles não dizem nada. Eu estou preocupada com ele. Para ter alguma informação sobre ele tenho que falar com alguns

colegas dele. Só lhe vi um dia e ele está debilitado, ele não está bom psicologicamente. Por favor, peço ajuda, meu marido não cometeu nenhum crime. Ele simplesmente repudiou a má actuação da polícia e algumas coisas que ele falou no vídeo”, desabafou.

A detenção do jovem militar foi precipitada pelo vídeo por si partilhado nas redes sociais, sem reservas ou seja sem esconder seu rosto.

O homem das FADM criticava a postura violenta dos agentes da PRM para com os manifestantes. Por outro lado, apesar da farda, manifestou total apoio ao povo que se manifesta até hoje, alegando que as manifestações são justas por isso apoia-as em nome dos moçambicanos que lutam pela melhoria e desenvolvimento do



país.

“Estou com o povo porque eu sou povo. Estamos a organizar o país. Este país é de jovens, mano. Agora é o tempo de deixarmos o medo de lado, nos unirmos todos como moçambicanos. Se é para salvar Moçambique, vamos todos (...)”, disse o jovem detido.

Horas antes da sua detenção, com recurso a um áudio, o militar anunciou que em caso do

seu desaparecimento/sumiço, estaria encarcerado nas celas e apelou aos moçambicanos manterem-se firmes com as manifestações para alcançar “o que há muito almejam, apesar de perseguição, pois, é tudo pela causa dos moçambicanos.

“Família, todas acções tem suas consequências, ontem aqui no grupo publiquei um vídeo e falei o que tinha no coração se quiserem posso falar novamen-

te e não me arrependo por isso (...) me juntei pela causa e pelo futuro dos meus filhos para Moçambique independente da verdade. As indicações superiores disseram que depois de ser rendido vou directamente na sela. Estou calmo sei que é pela causa de Moçambique, irmãos continuem não levem isso como intimidação, ganhem mais forças porque o medo não vos libertar”, desabafou.

Na mesma semana, o Presidente do Sri Lanka teria se pronunciado nos mesmos moldes

Presidente do Quênia felicita Daniel Chapo

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Diáspora da República do Quênia enviou uma mensagem oficial ao Alto Comissariado da República de Moçambique, em Nairóbi, com votos de felicitações ao Presidente Eleito, Daniel Chapo.

Na semana passada, o Presidente do Sri Lanka também pronunciou-se sobre a eleição de Daniel Chapo.

Evidências

A mensagem, assinada em nome do Presidente do Quênia, William Samoei Ruto, destaca a importância da relação bilateral entre os dois países e reforça o compromisso de cooperação mútua em diversas áreas.

No comunicado, o estadista queniano expressa votos de sucesso a Daniel Chapo na liderança do país.

“Renovamos os protestos da mais elevada consideração ao povo irmão de Moçambique, reafirmando os laços de

amizade e solidariedade entre as nossas nações”, lê-se na declaração emitida em 5 de dezembro de 2024.

Este gesto sublinha o fortalecimento das relações diplomáticas entre o Quênia e Moçambique, numa altura em que ambos os países buscam aprofundar parcerias estratégicas no continente africano.

Na semana passada, o Presidente da República Democrática Socialista do Sri Lanka, Anura Kumara Dissanayake, enviou uma mensagem de fe-

licitações a Daniel Francisco Chapo, pela vitória nas recentes eleições presidenciais.

Na mensagem, Anura Dissanayake destacou a distinta carreira profissional e a vasta experiência política de Chapo, sublinhando a importância desses atributos para liderar Moçambique. “A sua experiência será, sem dúvida, de grande relevância ao assumir o mais alto cargo do seu país”, afirmou o chefe de Estado do Sri Lanka.

O Presidente srilankês ex-

pressou também o desejo de reforçar as relações amigáveis e cordiais entre os dois países, explorando novas áreas de cooperação mútua. Esta mensagem reflete o compromisso de fortalecer os laços diplomáticos entre Moçambique e o Sri Lanka.

A nota termina com votos de bem-estar e felicidade pessoal para Daniel Francisco Chapo, reafirmando a elevada consideração do Presidente Dissanayake pela nova liderança de Moçambique.



Actividades em destaque

Ajudamos a manter o seu ambiente limpo e arrumado.

- ✓ Limpeza geral e industrial
- ✓ Manutenção de jardins
- ✓ Desinfecção e Fumigação
- ✓ Fornecimento de consumíveis de limpeza e plantas de ornamentação



Detalhes de contacto:

+258 86/84 6625701

SIGA NOSSAS PAGINAS



Email: Info@bringuesclean.co.mz ou comercial@bringuesclean.co.mz

Site: www.bringuesclean.co.mz

Morada: Av. Albert Lithuli nº 1528, R/C, Bairro Alto Maé A.

Governo admite possibilidade de não pagar salários aos médicos e professores

O Presidente da República revelou, recentemente, durante o encontro com os reitores das universidades, que o Governo pode ter dificuldades de pagar salários e subsídios de horas extras aos professores e médicos devido à fraca arrecadação de receitas, provocada pelas manifestações pós-eleitorais. Por outro lado, Filipe Nyusi diz que já ouviu preocupações individuais de três dos quatro candidatos presidenciais.



Infecções sexualmente transmissíveis afectam cada vez mais jovens

Cerca de 13% da população adulta vive com o HIV

Falta de educação sexual adequada, o baixo uso de preservativos e os tabus

O mundo celebrou o Dia Mundial de Luta contra o HIV/SIDA a 01 de Dezembro, data fundamental para a conscientização sobre os impactos devastadores dessa doença. Porém, em Moçambique, a realidade vai além da luta contra o HIV. As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) - como sífilis, gonorreia, clamídia e outras - têm afectado gravemente a saúde dos jovens no país. Na população jovem, os dados do Ministério de Saúde indicam que a taxa de prevalência do HIV é de aproximadamente 6,4%, com a maior incidência entre as mulheres jovens. Por outro, cerca de 13% da população adulta convivem com este vírus. Para os especialistas, estes números reflectem não apenas um sistema de prevenção falho, mas também um panorama de desinformação e estigma que perpetua a disseminação dessas doenças.

Luisa Muhambe

De acordo com o Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU), a taxa de prevalência do HIV na população jovem (15 a 24 anos) é de aproximadamente 6,4%, com a maior incidência entre as mulheres jovens. Além disso, o país continua a enfrentar um aumento significativo de outras ISTs, com a gonorreia, a clamídia e a sífilis em ascensão. Estudos indicam que cerca de 13% da população adulta em Moçambique vive com o HIV, e uma grande parte desse número envolve

que fosse uma infecção simples", diz ela, hesitando. A situação piorou quando ela começou a sentir dores fortes ao urinar e uma sensação estranha na bexiga. "A dor foi insuportável, e eu sabia que não era normal", relata. Depois de falar com uma amiga e tentar entender o que estava acontecendo, ela decidiu ir ao hospital. "Quando fui diagnosticada com clamídia, senti um medo enorme, eu nunca tinha ouvido falar dessa doença e não sabia como lidar com isso. Nunca imaginei que algo

compartilhou sua história com o intuito de alertar outros jovens. "Eu notei um corrimento amarelado com um cheiro muito forte, o que me deixou extremamente desconfortável", conta. Depois de um tempo tentando ignorar os sintomas, ela decidiu procurar ajuda. "Fui ao posto de saúde e, para minha surpresa, fui diagnosticada com gonorreia. Foi um choque, não sabia o que pensar nem como contar para o meu namorado", revela Clara. Ela conta que o tratamento foi iniciado



bre sua experiência. "Eu era aquele tipo de pessoa que não levava a sério o uso do preservativo. Usava de vez em quando, mas nunca de forma constante", admite. Ele revela que, após algumas relações sexuais desprotegidas, foi diagnosticado com gonorreia. "Eu

senti dor ao urinar e sabia que algo estava errado. Quando fui ao médico e recebi o diagnóstico, me senti péssimo. A pior parte foi saber que, por minha irresponsabilidade, poderia ter transmitido a doença", confessa, com uma expressão de arrependimento. Para

"Se houve uma infecção, significa que"



jovens. A falta de educação sexual adequada, o baixo uso de preservativos e os tabus culturais sobre a sexualidade contribuem para a propagação dessas doenças.

Marlene, uma jovem de 19 anos, conta que passou a perceber algo estranho com seu corpo. "No começo, tive um corrimento amarelado e fiquei muito assustada, mas pensei

assim poderia acontecer comigo", confessa.

Mesmo com o medo, ela fez o tratamento e, felizmente, se recuperou bem. "Foi uma experiência muito difícil, mas me ensinou a importância de me proteger. Agora, sempre falo sobre isso com minhas amigas para que ninguém passe por isso."

Clara, de 23 anos, também

rapidamente, com o apoio de seu parceiro, e ambos se curaram. "Tivemos que passar por um tratamento juntos, e, apesar de difícil, nos aproximou. Aprendi que a prevenção é essencial, e que não vale a pena arriscar. Espero que outras pessoas não precisem passar pelo que passei", conclui.

Jaime, de 24 anos, optou por falar anonimamente so-



Stélio Farel - Oficial da Juventude AMODEFA

Professores boicotam exames na Escola Secundária da Zona Verde

Os professores da Escola Secundária da Zona Verde boicotaram, na sexta-feira, 06 de Dezembro, a realização dos exames das 10 e 12^ª classes nas disciplinas de Biologia e Educação Visual em protesto contra os recorrentes atrasos no pagamento de horas extras. Acompanhado de cânticos de reivindicação, os professores exibiam dísticos para exigir o pagamento das horas extras que já superam os dois anos. Aliás, a classe docente garante que só volta à actividade quando o Executivo cumprir com as suas promessas.



CENTRAIS

EVIDÊNCIAS

10 DE DEZEMBRO DE 2024

13

HIV, mas a luta vai para além desta doença

culturais sobre a sexualidade contribuem para a propagação dessas doenças



para lidar com as questões de saúde sexual e reprodutiva, e é crucial que os jovens tenham acesso à educação sexual abrangente, que é fundamental para uma vida saudável."

Para Faela a falta de educação sexual adequada e o estigma social que envolve as ISTs são questões que precisam ser resolvidas com urgência. Além disso, a implementação de políticas públicas de saúde eficazes, o aumento do uso de preservativos e o acesso a serviços de



saúde de qualidade são fundamentais para combater a propagação dessas doenças em Moçambique.

PUBLICIDADE

Jaime, o diagnóstico foi um momento decisivo em sua vida. "Passei a entender que a saúde não é algo garantido, e que a prevenção deve ser sempre uma prioridade. Agora, depois do tratamento, valorizo muito mais a protecção, e sou muito mais responsável nas

minhas relações." Ele reforça a importância de aprender com os erros: "É uma lição dura, mas que nunca vou esquecer. Para quem está ouvindo, use sempre preservativo. A prevenção é a única forma de garantir a saúde de todos."

e não houve protecção", alerta Faela

Stélio Faela, Oficial da Juventude da AMODEFA, destaca que a falta de prevenção é o principal factor para a disseminação das ISTs. "Se houve uma infecção, significa que não houve protecção. O uso do preservativo é essencial, e devemos assegurar que todos tenham acesso a contraceptivos, especialmente o preservativo, para prevenir tanto doenças quanto gravidezes", afirma Faela.

Ele também sublinha a importância de tratar as infecções de forma combinada com o parceiro. Além disso, Faela aponta que a falta de diálogo entre pais e filhos sobre questões sexuais é um dos maiores desafios no combate às ISTs. "É fundamental que os pais tomem a iniciativa de con-

versar com seus filhos sobre sexualidade devido a delicadeza do assunto e as especificidades da própria sexualidade", disse Faela, defendendo a implementação de programas de educação sexual mais abrangentes.

Apesar das dificuldades, há iniciativas em Moçambique que visam combater o aumento das ISTs, como campanhas de conscientização e programas de prevenção oferecidos tanto pelo governo quanto por organizações da sociedade civil. Contudo, o país ainda enfrenta desafios consideráveis no acesso a cuidados de saúde adequados e na superação dos tabus culturais sobre a sexualidade. Segundo Faela, "a sociedade precisa ser capacitada

VONINGA EDUCAÇÃO é uma plataforma de apoio aos alunos do ensino secundário nas Escolas Públicas.



Voninga Educação
www.voninga.co.mz

PR anuncia incremento da oferta de gás de cozinha no país

O Presidente da República, Filipe Nyusi, anunciou que será aumentada, no próximo trimestre, a capacidade de oferta de gás de cozinha no país, em sessenta mil toneladas. O estadista explicou que a acção enquadra-se na abordagem de busca de soluções de oferta de recursos energéticos, que irá cobrir sessenta por cento das necessidades de consumo.



RECAE realiza sua Assembleia Geral Constitutiva

A Rede Cooperativa de Apoio aos Empreendedores de Responsabilidade, Limitada (RECAE, LDA), realizou com sucesso, nesta terça-feira, 03 de Dezembro, na cidade de Nampula, a sua Assembleia Geral Constitutiva, assinalando um passo significativo, com vista ao fortalecimento do empreendedorismo em Moçambique.



Este evento surge numa altura em que a conjuntura económica e social do país é desfavorável para vários empreendedores e empresários. Com efeito, o cooperativismo como de praxis, se afigura um modelo aglutinador, através de junção de sinergias entre vários empreendedores, pro-

dutores, para fazer face aos actuais desafios enfrentados em Moçambique.

Com efeito, a assembleia em alusão, reuniu cerca de 30 membros, entre singulares e coletivos, provenientes da área do Corredor de Nacala, com o objetivo de criar uma plataforma robusta para capacitar

e apoiar os empreendedores locais, proporcionando-lhes serviços abrangentes que fomentem o crescimento económico e o desenvolvimento das comunidades.

Com o suporte financeiro da Technoserve e técnico da Agrepreneurship e da Associação Moçambicana para Promoção do Cooperativismo Moderno (AMPCM), a RECAE surge como uma solução inovadora para desafios locais e respostas eficazes.

Através deste modelo cooperativo, pretende-se que o mesmo constitua uma oportunidade para os empreendedores e comunidades ao longo do Corredor de Nacala desenvolverem-se de forma coletiva e sustentável, impulsionando uma verdadeira mudança económica e social.

Ainda no decurso da assembleia constitutiva da RECAE, foram eleitos os órgãos sociais da cooperativa, com o compromisso de garantir a boa governança e o sucesso do projeto.

CDM e WWF juntas pela preservação da água

Desde 2019, a parceria entre a Cervejas de Moçambique (CDM), membro do grupo AB InBev, e a World Wildlife Fund (WWF) tem gerado resultados encorajadores no desenvolvimento de projectos destinados à restauração de ecossistemas em bacias hidrográficas prioritárias, alinhados à meta de sustentabilidade hídrica da AB InBev para 2025, que pretende melhorar a disponibilidade e qualidade da água nas comunidades onde opera, especialmente em áreas tradicionalmente afectadas pela escassez hídrica.

Focado na região do Grande Maputo, em particular nos rios Incomati e Umbeluzi, o trabalho conjunto tem permitido a remoção de espécies invasoras aquáticas e terrestres, resultando numa melhoria significativa da qualidade da água e na disponibilidade do recurso.

A colaboração também reduziu perdas de água devido à evapotranspiração e permitiu a remoção de 1.428 metros cúbicos de resíduos do Rio Umbeluzi, incluindo plantas invasoras, libertando assim 640 metros cúbicos diários de água.

Com Moçambique a par-

tilhar nove das suas 15 principais bacias hidrográficas com países vizinhos, a gestão eficiente da água é crucial, especialmente perante eventos climáticos extremos como cheias e secas, que afectam ciclicamente o país.

A CDM, maior empresa cervejeira de Moçambique, com quatro fábricas estrategicamente localizadas no sul, centro e norte do país, reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade através desta parceria, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e para a melhoria das condições ambientais e sociais das comunidades locais.

Aponta relatório do Banco de Moçambique

Exportação de gás de área 4 da bacia do Rovuma sobe 33% para perto de um bilhão de dólares

O mais recente relatório do Banco de Moçambique aponta o incremento nas receitas do gás natural, assegurando que o mesmo é explicado pelo aumento do volume exportado, associado ao início da exploração e exportação do gás da área 4 da bacia do Rovuma. A exportação de gás natural por Moçambique ascendeu a 901 milhões de dólares no primeiro semestre do ano, um aumento de 33% face ao mesmo período de 2023.

Evidências/Lusa

“O incremento nas receitas do gás natural é explicado pelo aumento do volume exportado, associado ao início da exploração e exportação do gás da área 4 da bacia do Rovuma, num contexto em que no mercado internacional, o preço médio baixou 28%”, lê-se num relatório do Banco de Moçambique.

As vendas de gás natural por Moçambique ascenderam a 1.726 milhões de dólares em

2023, três vezes mais do que em 2022, aproximando-se do carvão, que ainda lidera entre as exportações moçambicanas.

De acordo com dados de relatórios anteriores do Banco de Moçambique, a exportação de gás natural em 2023 aumentou 218% face ao ano anterior, em que essas vendas atingiram os 541,6 milhões de dólares.

Em 2023, Moçambique exportou ainda gás, em valor,

idêntico à soma dos anos de 2017 a 2022, que totalizou mais de 1.866 milhões de dólares.

O aumento nas exportações de gás natural continua a ser explicado pelo arranque, no final de outubro de 2022, da operação na Área 4 — o único dos três projetos aprovados já em fase de produção — pela Mozambique Rovuma Venture (MRV), uma joint venture em copropriedade da Exxon-Mobil, Eni e CNPC (China), que detém 70% de interesse participativo no contrato de concessão, cuja produção de gás natural arrancou em 2022.

A Eni, concessionária da Área 4 do Rovuma, tem em curso o desenvolvimento de uma segunda plataforma flutuante, cópia da primeira e designada Coral Norte, para

aumentar a extração de gás, disse à Lusa, em junho, fonte da petrolífera italiana.

Este plano envolve, nomeadamente, a aquisição de uma segunda plataforma flutuante, conhecida como FNLG, para a área Coral Norte, idêntica à que opera na extração de gás, desde meados de 2022, na área Coral Sul, já em construção na Coreia do Sul.

“A Eni está a trabalhar para o desenvolvimento do Coral Norte através de uma segunda FLNG em Moçambique, aproveitando a experiência e as lições aprendidas na Coral Sul FLNG, incluindo as relacionadas com custos e tempo de execução”, acrescentou a mesma fonte da petrolífera, operadora delegada do consórcio.

Um documento divulgado

anteriormente, elaborado pela firma moçambicana Consultec para a petrolífera Eni, aponta tratar-se de um investimento de sete mil milhões de dólares, sujeito à aprovação do Governo moçambicano.

Se o cronograma correr como previsto, a plataforma começará a produzir na segunda metade de 2027, ou seja, poderá arrancar ainda antes dos projetos em terra, que dependem de implicações de segurança devido à rebelião armada em Cabo Delgado.

A Coral Norte vai ficar estacionada 10 quilómetros a norte da Coral Sul, cuja produção arrancou em novembro de 2023, tornando-se no primeiro projeto a tirar proveito das reservas da bacia do Rovuma

Porto de Maputo investe 2 milhões de dólares em simulador marítimo

O porto de Maputo investiu cerca de 126,4 milhões de meticais na aquisição de um simulador marítimo – infra-estrutura constituída por um sistema de equipamentos que permite o treino em ambiente digital de todas as operações que decorrem no espaço marítimo – destinado a dar formação virtual aos trabalhadores. “O simulador foi produzido na Índia, num investimento de cerca de dois milhões de dólares. É um alto investimento, mas também uma grande infra-estrutura”, afirmou o ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala.



Nyusi pode dar última machadada às aspirações dos moçambicanos sobre o gás Eni quer assinar já acordo que lesaria o Estado em cerca de 92 milhões de dólares por ano

CIP denuncia que multinacional italiana está a pressionar o país a ceder benefícios cruciais no novo contrato de gás

O Centro de Integridade Pública (CIP) diz ter tomado conhecimento que a multinacional italiana Eni está a pressionar o Governo de Moçambique para a assinatura de um contrato referente ao projecto Coral Norte, localizado na Área 4 da Bacia do Rovuma, num investimento estimado em 7 biliões de dólares. Aquela organização da sociedade civil entende que este processo negocial devia ser postergado para o futuro Governo já que o actual está a cerca de um mês de concluir o seu mandato.

Evidências

Depois de, em 10 anos, o seu Governo ter levado o país à ruína, Filipe Nyusi pode estar a preparar uma última machadada às aspirações dos moçambicanos. Um processo negocial secreto pode culminar com a assinatura nos próximos dias de um novo contrato do projecto Coral Norte.

Trata-se de um processo com potencial de lesar o Estado. Segundo o Centro de Integridade Pública, está eivado de alguma desconfiança pelo facto de o Governo de Filipe Nyusi estar nos seus últimos dias de vigência.

“A negociação de um contrato dessa magnitude, com impactos de longo prazo na

economia nacional, deveria ser postergada para o próximo Governo, em respeito ao princípio da prudência e à necessidade de garantir maior transparência e estabilidade nas decisões que afectam o futuro do país. Assinar um contrato desta natureza em um período de transição política levanta sérias questões sobre a legitimidade e os interesses subjacentes nessa decisão, principalmente quando o país atravessa uma crise de desconfiança generalizada, com amplas manifestações de descontentamento popular contra políticas públicas que se revelaram ineficientes ao longo dos últimos dez anos”, sublinha.

Segundo o CIP, o contra-



to proposto pela ENI inclui a exclusão de duas cláusulas cruciais para o interesse nacional: (i) a possibilidade de pagamento do imposto de produção em espécie; e (ii) a exigência de conteúdo local.

“Estas alterações suscitam preocupações significativas sobre os benefícios que o país pode efectivamente obter da exploração dos seus recursos naturais. Apesar da relevância estratégica do projecto Coral Norte para Moçambique, as propostas da ENI levantam preocupações legítimas e o timing (momento) em que se

pretende discuti-las reforça a convicção de que as multinacionais que actuam em Moçambique, e os consórcios em particular, tudo farão para viabilizar os seus interesses, cabendo aos moçambicanos a responsabilidade de aceitarem ou não termos contratuais perniciosos para o país. A provável exclusão das cláusulas de pagamento do imposto em espécie e de conteúdo local contraria os esforços do país para maximizar os benefícios da exploração de recursos naturais”, denuncia aquela ONG.

Por outro lado, alerta que

a exclusão do pagamento do Imposto em Espécie, um mecanismo que permite que o imposto de produção seja pago na forma de recursos naturais, como gás, em vez de dinheiro, o que ampliaria a capacidade de Moçambique de utilizar directamente o gás natural para consumo interno, geração de energia ou comercialização no mercado internacional, limitaria o poder do país de gerir estrategicamente os seus recursos, reduzindo o controlo sobre os benefícios económicos gerados.

Considerando que o projecto Coral Norte tem características semelhantes as do Coral Sul, o CIP estima que as perdas económicas podem chegar a 2,3 biliões de dólares ao longo dos 25 anos de duração do projecto – cerca de 92 milhões de dólares por ano. Só para se ter uma ideia, este valor representa 1,71% das receitas do Estado previstas no PESOE de 2024. Essa previsão reforça a importância de manter essas cláusulas no contrato para maximizar os benefícios económicos e sociais para o país.

CTRG e GIGAWATT voltam a funcionar após manifestantes mandarem desligar máquinas

Ainda está a ser feito o levantamento dos danos económicos e não só, que possam ter resultado da interrupção por mais de 24 horas do funcionamento de duas centrais térmicas no posto administrativo de Ressano Garcia, distrito da Moamba, província de Maputo. A paralisação, entre sábado e domingo, foi forçada pelos manifestantes que exigiram que fossem desligadas as máquinas no âmbito dos protestos pós-eleitorais, que evoluíram para uma reivindicação nacional contra a má governação.

As duas centrais, nomeadamente, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) e GIGAWATT, que haviam sido encerradas sábado por um grupo de manifestantes, retomaram à actividade este domingo.

Os manifestantes exigiam a paralisação total da produção de energia enquanto não fosse melhorada a rede eléctrica

local, bem como a redução do custo de energia naquele ponto do país, directamente afectado pelas operações das duas empresas de capitais nacionais e estrangeiros.

“Após trabalho de sensibilização no terreno e consensos com os manifestantes, foi restabelecida a produção de energia nas referidas centrais, bem

como o normal fornecimento de energia a todos os clientes na região sul do país”, lê-se num comunicado da empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM), citado pela Agência de Informação de Moçambique.

Desde sábado, o fornecimento de energia era feito de forma condicionada, caracterizado por restrições rotativas na região sul de Moçambique.

A EDM afirma que continua a monitorar a situação de perto e apela ao público em geral à devida colaboração e apoio, de modo a garantir a protecção das infra-estruturas de produção e fornecimento de electricidade, sendo a energia eléctrica um bem público indispensável para

o dia-a-dia de todos os cidadãos, na falta do qual a nossa economia e a vida social ficam bastante condicionadas.

A EDM, receando consequências inesperadas, havia interrompido a produção de energia, na ordem de 250 Megawatts (MW) no total.

A interrupção provocou um défice da capacidade de fornecimento de energia eléctrica às províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, bem como à Cidade de Maputo, na ordem de 150MW, capacidade que alimenta cerca de 30% da demanda das províncias da região sul do país.

Refira-se que a situação não só afectou a produção das duas empresas, como também de mi-

lhares de unidades produtivas que se viram prejudicadas pela restrição no fornecimento de energia. Mas, o próprio Estado é vítima desta situação, pois deixou de arrecadar impostos durante a paralisação.

Só a Central Térmica de Ressano Garcia; que tem como accionistas a Electricidade de Moçambique(EDM), com 51 por cento, e a companhia petrolífera sul africana, Sasol, com 49%; produz anualmente uma receita acima de sete mil milhões de meticais. Inaugurada em Novembro de 2014, a CTRG arancou em Fevereiro de 2015 e contribui anualmente com cerca de 900 mil milhões de meticais em impostos.



Nas entrelinhas

Arão Valoi

O princípio do fim: reduto histórico da Frelimo em polvorosa

A província de Gaza, uma das mais emblemáticas de Moçambique, carrega um peso simbólico inegável na história do País, principalmente pela sua estreita ligação ao Partido Frelimo. Durante décadas, as tradições e a cultura local foram moldadas por um discurso político que enfatizava o protagonismo da Frelimo na luta pela Independência Nacional e no seu papel na guerra de desestabilização, fazendo com que o Partido fosse visto como a força libertadora do País. Nós, que nascemos em Gaza, éramos ensinados a venerar a Frelimo, muitas vezes sob uma aura de temor e respeito quase reverenciais, como se pertencer ao Partido fosse uma obrigação moral, especialmente considerando que muitos dos primeiros revolucionários e líderes do movimento de independência têm as suas raízes na Província. De facto, carregamos essa fama de sermos conterrâneos de Eduardo Mondlane, Samora Machel, Joaquim Chissano, entre tantos outros. Daí que, a narrativa dominante dizia que Gaza era “a terra da revolução” e que ninguém em Gaza deveria ousar ser contra a Frelimo, uma ideia que foi profundamente enraizada ao longo de gerações. Essa lógica transformou Gaza no tal bastião da Frelimo, onde em pleitos eleitorais, o Partido no poder nem precisava de fazer campanha. Até bem pouco tempo, Gaza devia ser a Província mais hostil à oposição e com um nível de intolerância política jamais visto, afinal, estes todos incorporavam a figura de “matsangaisas”, bastante badalada durante a guerra dos 16 anos. Vários membros da oposição foram violentados e até mortos. No entanto, a ironia amarga é que, apesar da sua posição privilegiada na história do País, Gaza continua a ser uma das Províncias mais empobrecidas de Moçambique, com falta de infraestruturas básicas e uma população que vive com as promessas não cumpridas de desenvolvimento. A pobreza extrema e a marginalização econômica da região demonstram, de forma cruel, a desconexão entre a retórica política do Partido e a realidade vivida pelo povo, que, apesar de sua lealdade histórica à Frelimo, vê-se cada vez mais à margem de qualquer transformação real. Em Gaza, concretamente nos distritos a norte, Chigubo, Massangena, Chicualacuala, há, ainda hoje, pessoas que se alimentam de raízes. E isto não é novo. Lembro-me, por volta de 2004, de ter viajado ao Distrito de Massangena para a cobertura da visita de trabalho do então Ministro de Educação, Alcido Nguenha. A rea-

lidade que encontramos em Massangena, fora de questões ligadas à educação, foi terrível. Basicamente, as pessoas alimentavam-se de raízes e folhas de árvores que achassem convenientes para matar a fome. E essa situação continua até hoje. A estratégia de direccionar politicamente os investimentos públicos tem castigado a população da Província de Gaza. A sua lealdade ao Partido Frelimo faz com que este não se preocupasse em direccionar dinheiro suficiente do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a Província de Gaza, quando comparado com as outras regiões do País. Em 2006, eu e o meu colega e amigo Lázaro Mabunda, ao serviço do então Semanário O País, propriedade do Grupo Soico, fizemos uma análise comparativa das dotações orçamentais que eram consignadas às províncias do nosso País. Chegamos a uma conclusão gritante. Naquele ano, as províncias que haviam votado na oposição nas eleições anteriores a 2006, tinham o maior bolo orçamental. E Gaza, tinha uma percentagem ridícula. A revolta popular que hoje assistimos em Gaza, como resultado da crise pós-eleitoral, é prova de que o País está a atravessar um momento histórico bastante crítico, onde as manifestações pós-eleitorais são apenas a ponta do iceberg. A verdade é que o País enfrenta uma crescente insatisfação popular devido a vários factores interligados: as desigualdades sociais profundas, a corrupção endémica nas elites políticas, a pobreza e o desemprego generalizado. Esses problemas têm alimentado um clima de revolta que parece estar a ganhar força, refletindo uma incapacidade do nosso Governo em resolver as questões estruturais e sociais que afectam a população. E o Partido Frelimo, que nos tem governado há mais de 40 anos, é o principal responsável pelo estado deplorável em que o País se encontra actualmente. A sua incapacidade crónica de se renovar, aliada à sua constante manutenção do poder através de práticas autoritárias e corruptas, é o cerne da crise multifacetada que afecta o nosso País. Em vez de usar o imenso potencial do País para criar um futuro próspero para todos, a Frelimo tem-se afundado em políticas clientelistas e no roubo de recursos públicos, empobrecendo ainda mais a população e minando as suas esperanças. Em 1996, aquando da minha passagem pela Escola Secundária de Chókwe, eu e mais alguns colegas e amigos, incluindo Lázaro Mabunda e Zacarias Matuassa, alistamo-nos ao Partido Frelimo, tornando-nos membros desta filiação política. Na altura, tínhamos alguma

esperança. Havia alguns quadros da Frelimo que nos inspiravam, incluindo alguns professores. A nossa militância continuou na Escola de Jornalismo, onde com Manuel Formiga, trabalhamos no âmbito da célula do Partido. Mas as nossas frustrações rapidamente chegaram ao notar que o Partido passou a ser governado por um sistema centralizado que, não só ignora as necessidades reais da população, como também é incapaz de responder aos desafios estruturais que se intensificaram ao longo das décadas. A liderança da Frelimo e do País, em vez de implementar políticas que promovam a justiça social e o bem-estar da população, tem se preocupado mais em manter os seus próprios interesses e os dos seus aliados, à custa do povo. Se o nosso País chegou a este ponto de revolta popular, com manifestações e insatisfação generalizada, é porque a Frelimo perdeu completamente o contacto com as necessidades do povo. Quando a população começa a perder a paciência e a ir às ruas, é sinal de que o governo falhou em tudo o que deveria ter feito: criar uma economia que oferecesse empregos dignos, garantir saúde e educação de qualidade, e proteger a dignidade de todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou classe social. Quando a Frelimo perde apoio até do seu próprio bastião, Gaza, o nível de insatisfação atingiu o clímax. Quando até a minha mãe, de mais de 80 anos, que durante anos, nos fazia entender que não há outro partido além da Frelimo, diz “a vanu vakarhalile” (as pessoas estão cansadas), significa que é o limite. Mas tragicamente, em vez de tentar entender as causas, as raízes do problema, o Partido opta pela repressão, pela utilização de forças militares e policiais para silenciar os jovens que apenas reivindicam os seus direitos. Quando a situação começou a sair do controlo nas zonas urbanas, a resposta do partido foi aumentar a repressão em vez de procurar dialogar com as massas insatisfeitas. As manifestações em Gaza são o reflexo claro da perda de confiança popular, e mais uma prova de que o povo já não acredita nas promessas vazias do Partido. Se até Gaza, que era considerado um reduto imbatível da Frelimo, se virou contra o governo, isso é um indicativo de que o partido não tem mais condições de se manter no poder apenas através da manipulação do sistema eleitoral e da repressão.

O povo moçambicano merece, sim, um pedido de desculpas e um compromisso sério de que, daqui em diante, as coisas vão mudar.



Pedro Pereira Lopes

O “Desmoronar” da FRELIMO e o Futuro de Moçambique

Após o término da Guerra Civil em 1992 e a consequente transição para a democracia, aumentou-se a expectativa relativamente ao progresso político, económico e social de Moçambique. Contudo, após uma década de governo desorientado, alheio e marcado por escândalos de corrupção e políticas ineficazes, as eleições presidenciais de Outubro revelaram uma profunda crise de confiança e uma crescente desilusão em relação às instituições e à governança do partido FRELIMO.

Moçambique, que já foi visto como um exemplo de esperança e resiliência em África (chegou a crescer quase a dois dígitos, entre 2002 e 2012), enfrenta um período de estagnação, marcado, em especial, pela fraca industrialização, entrega deficiente de serviços e bens públicos e aumento dos índices de pobreza. O cenário criou um quadro nebuloso, reflectindo a insatisfação popular e a busca urgente por alternativas de liderança política. O futuro do país está em xeque e muitos questionam a viabilidade da ideia de nação promovida pela FRELIMO durante e após um período histórico de luta pela independência.

Para a maioria da população, a governação da FRELIMO foi repetidamente marcada por promessas não cumpridas e uma elite política mais preocupada com a preservação do poder do que com o bem-estar de todos. Os casos de corrupção em altos escalões do governo, como as infames Dívidas Ocultas, a falta de transparência na gestão da coisa pública e a impunidade tornaram o povo céptico em relação a um partido que prometeu progresso, mas entregou, afinal, pobreza. Assim, a FRELIMO deixa de ser vista como salvadora e assume o manto de vilã, de predadora.

A perda de fé na FRELIMO não é apenas uma questão de descontentamento político; ela reflecte uma crise de identidade nacional. O partido, que teve um papel guia na construção da nação, na edificação do então “Homem novo”, de acordo com os ditames da primeira constituição, parece ter perdido a sua conexão com os anseios da população.

As eleições presidenciais de Outubro e a crise política resultante são provas de um

eleitorado cansado. Para as vozes da oposição e da sociedade civil, a FRELIMO quer permanecer no poder, não por meio de uma verdadeira vontade popular, mas por meio de práticas que ferem os princípios democráticos que ela mesmo ajudou a instaurar. As comunidades, especialmente as mais afectadas pela falta de educação e saúde (oferecido de forma desigual pelo país), desemprego e pela pobreza, sentem-se abandonadas, alimentando a onda nacional de protestos convocadas por Venâncio Mondlane, que se autoproclama vencedor (e é proclamado “presidente eleito”, contrariando os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições), que arrasa o país há quase dois meses.

A pergunta que se impõe é: qual é o futuro que se vislumbra para Moçambique?

Por um lado, o mais acertado seria dizer que “Moçambique nunca mais será o mesmo”. Por outro lado, as crises políticas (caracterizadas por protestos populares) nem sempre tiveram os mesmos resultados: em alguns casos, o caos cedeu e o poder vigente manteve-se no poder; na Tunísia, Egipto, Líbia, Líbano e Bolívia, por exemplo, assistiu-se à deposição dos respectivos governos; na Síria, Iraque e Iêmen as manifestações levaram ao surgimento de guerras civis.

A situação de Moçambique é um alerta para a necessidade urgente de reforma e renovação. Para reconstruir a sua confiança no povo, o governo da FRELIMO e os líderes políticos precisam fazer uma reflexão profunda sobre as suas práticas e prioridades de governação. A transparência e a responsabilização devem ser colocadas em primeiro plano, a começar com o que a oposição, a sociedade civil e o povo chamam “reposição da verdade eleitoral”.

A crise política, por sua vez, impõe a necessidade de um novo contrato social, onde o futuro governo (proveniente das deliberações do Conselho Constitucional) não apenas escuta, mas também implementa políticas que atendam às reais necessidades da população. A luta contra a corrupção deve ser uma prioridade, não apenas em discursos, mas em acções concretas que restabeçam

a confiança nas instituições. A definição de um novo modelo de desenvolvimento económico, mais resiliente e inclusivo, é essencial para criar postos de trabalho, reduzir a pobreza e gerir as propensões aos choques, para garantir que todos os moçambicanos possam ter uma vida digna.

A construção de uma coalizão ampla, que inclua vozes da oposição e da sociedade civil, pode ser um passo fundamental para revitalizar a política moçambicana e trazer um novo sentido de unidade nacional (a Frelimo não conseguiu nem almejou criar empatia durante o seu projecto político), principalmente quando o país parece estar à beira de uma fragmentação. A oposição política deve encontrar maneiras eficazes de se articular e apresentar um projecto viável que dialogue com as aspirações do povo. É fundamental que a sociedade civil se fortaleça e busque novos paradigmas de participação política que promovam a transparência, a responsabilidade e a inclusão.

Mas o futuro do país não depende apenas das acções institucionais, mas também da capacidade do povo para se organizar, exigir mudanças e participar activamente da construção de um país mais justo e equitativo.

Ainda que a presente crise exija uma saída local, a participação da comunidade internacional pode proporcionar o suporte necessário para que Moçambique consiga se reerguer. Programas de ajuda focados em desenvolvimento sustentável e em melhorar a transparência nas instituições públicas podem ajudar a restaurar a confiança na governança e a fomentar um crescimento económico que beneficie a todos.

Em suma, poucos ainda acreditam em um “Moçambique da FRELIMO”. O desmoronamento da ideologia “A FRELIMO é que fez, a FRELIMO é que faz” e da credibilidade institucional não é apenas um sinal de crise, mas uma oportunidade para a FRELIMO repensar o futuro, o seu, como organização política, e do país que libertou do jugo colonial. Porém, a construção de um Moçambique mais próspero, mais justo e igualitário requer um compromisso colectivo. A mudança não virá apenas das elites ou dos partidos políticos, mas sim da mobilização da sociedade como um todo.



SER ESPIRITUAL

Felisberto Botão

O apetite do capitalismo

O capitalismo, no modelo vendido pelo ocidente, permite que grupos restritos controlem as massas, e por via disso, controlem os recursos de uma nação, a sua economia e sua política. Entretanto, a publicidade que se faz, é que o capitalismo é a promoção de propriedade privada e a economia de mercado. Esta é uma falácia, igual a democracia, onde propaga-se a liberdade do povo escolher, mas na verdade, o controlo das instituições e da economia é que determina os resultados eleitorais, sendo o povo quase sempre defraudado.

Esta possibilidade de controlo ilegal da economia e dos recursos de uma nação, com uma cobertura legal, atrai muitos regimes, o que faz o ocidente conseguir adeptos na Síria, no Egipto, na Líbia, no Quênia, na Venezuela, no Brasil, na Ucrânia, na Geórgia, e um pouco pelo mundo, onde vemos levantamentos ditos “*pro-west*”, onde a soberania é colocada em segundo plano. Mas a moeda de troca que estes regimes têm, para poderem fazer o uso deste sistema de negócio, que lhes garante o controlo local da economia e da política que é uma autêntica “franchising” ocidental, é abrir as suas portas para o ocidente tomar conta da sua parte no roubo de recursos e controlo da economia sem questionamentos.

Muitos países africanos, aliás, todos, adoptaram o sistema ocidental, uns voluntariamente e outros forçados, uns mais cedo e outros mais tarde, hoje somos todos “*democratas e capitalistas*”. O sistema foi muito bem desenhado, ao detalhe para que vingue. Entretanto, os criadores do sistema democrático e capitalista estabeleceram regras, e uma delas é a existência de instituições fortes que servissem de inibição à ganancia humana. Em África, a possibilidade do absolutismo subiu a cabeça, um pouco também condicionado

pela necessidade de acobertar a acção do ocidente no país, e optou-se por instituições propositadamente fracas, dirigidas pelo poder central, o que não poderia levar a outro fim se não a anarquia e abuso do poder.

O ocidente está em decadência, e o colapso está a precipitar-se de forma acelerada. A tendência global do imperialismo é a queda. Muitos regimes africanos, tendo começado forçados, acabaram gostando e adoptado o modelo de exploração imperialista. Desligaram-se da linha original de **libertar o povo**, e começaram a apreciar os benefícios de **explorar o povo**.

O ocidente permite e apoia que assim seja, para que estado chegue a este nível que Moçambique chegou. Não é por acaso que estão no silêncio, com apenas pequenas intervenções estratégicas, diante da confusão instalada em Moçambique.

O modelo europeu baseia-se no roubo e na colonização, duas tácticas sustentadas na geração do medo através de genocídios e destruição da dignidade dos povos locais. Se insistimos em copiar estes modelos, a quem vamos colonizar? A quem vamos escravizar? A quem vamos subjugar, se não o nosso próprio povo, afinal, estamos a funcionar na África e não na europa, ásia ou américa.

O ocidente hoje só fala de protecção de suas economias, fugindo a economia de mercado que propagam, isso porque perderam o controlo do sistema, os outros apenderam as regras do jogo e querem trabalhar “*in leveled playground*”. O ocidente nunca operou em “*leveled playground*”, ou seja, um terreno `nivelado, porque eles não têm esta capacidade.

O que será necessário fazer para a nossa elite entender que estamos a lutar para proteger um sistema que não é nosso e não favorece a nós?

Severino Ngoenha fala de “**acordo de bravos**”, uma expressão que gostei muito, e que caracteriza muito bem o que o

país precisa, mas o Daniel Chapo precisa urgentemente mostrar a sua liderança e tomar iniciativa sem precisar pedir autorização, afinal tem 70% de possibilidade de ser o próximo presidente da república, não pode continuar escondido e a espera do chefe. O senhor já é o chefe, a bem ou a mal.

Sr. Candidato Daniel Chapo, a luta já é sua, e não do presidente Filipe Nyusi. É urgente que o Daniel Chapo Construa alianças na Frelimo, na polícia, nas forças armadas e na polícia secreta, para ganhar legitimidade para liderar a negociação com o Venâncio Mondlane e outros candidatos, o que o faria ganhar alguma legitimidade e respeito perante os parceiros, as elites e o povo.

O STAE, a CNE e o CC já escangalharam o nosso processo eleitoral, por conta da questão de instituições fracas que falei, o excesso de zelo fê-los todos caírem no ridículo e no descrédito total, pois não têm capacidade se quer de lembrar que o chefe também se estressa e precisa de ajuda para pensar. Nas circunstâncias actuais, não há condições de nenhum presidente e nenhum partido governar tranquilamente o país, as instituições eleitorais que citei acima só podem piorar, seja qual acção quiserem tomar. Só um acordo entre os quatro candidatos pode salvar este país.

Se há um golpe de estado que eu poderia apoiar hoje, seria a destrona das instituições eleitorais pela frente unida dos quatro candidatos presidenciais, Daniel Chapo, Venâncio Mondlane, Ossufo Momade e Lutero Simango, na condição de perceberem que a lealdade à pátria deve vir em primeiro lugar, antes da lealdade aos grupos políticos.

O seu comentário e contribuição serão bem-vindos. Obrigado pelo seu suporte ao movimento SER ESPIRITUAL <https://web.facebook.com/serespiritual.mz/>

Junta militar demite primeiro-ministro e dissolve governo na Burkina Faso

A junta militar no poder no Burkina Faso demitiu hoje o primeiro-ministro, Apollinaire Joachim Kyelem de Tambela, e anunciou a dissolução do governo. Segundo um decreto do líder da junta, capitão Ibrahim Traore, os membros do governo dissolvido continuarão a desempenhar as suas funções até à formação de um novo executivo. Não foi apresentada qualquer justificação para o afastamento do primeiro-ministro e da sua equipa



ÁFRICA

EVIDÊNCIAS

10 DE DEZEMBRO DE 2024

19

Oposição vence eleições em Gana

O antigo presidente do Gana, John Dramani Mahama, obteve uma vitória histórica nas eleições de sábado que marcaram o seu regresso, depois de os eleitores terem aparentemente castigado o Novo Partido Patriótico, NPP, no poder, pela forma como geriu a crise económica.

O candidato do NPP, o Vice-Presidente Mahamudu Bawumia, admitiu a derrota nas eleições presidenciais do fim-de-semana, depois de não ter conseguido afastar a frustração generalizada com o elevado custo de vida.

A derrota nas eleições de sábado pôs fim a oito anos de poder do NPP, sob a presidência de Nana Akufo-Addo, marcados pela pior turbulência económica dos últimos anos no país, por uma inflação elevada e por um incumprimento da dívida.

Para Mahama, presidente entre 2012 e 2017, esta foi a sua terceira tentativa de recuperar o posto mais alto do país, depois de ter ficado aquém nas eleições de 2016 e 2020.

“O povo do Gana falou, o povo votou pela mudança nesta altura e nós respeitamos isso com toda a humildade”, disse Bawumia numa conferência de imprensa, ladeado por dirigentes do partido.

Numa concessão rápida, com a contagem oficial dos votos ainda a ser feita, Bawu-



mia disse ter telefonado ao seu adversário, o candidato do Congresso Nacional Democrático (NDC) e antigo presidente John Mahama, para o felicitar.

Na sua conta no X, Mahama confirmou ter recebido a chamada de felicitações de Bawumia pela sua vitória. O vice-presidente afirmou que Mahama ganhou a presidên-

cia “de forma decisiva”, assim como o partido NDC de Mahama ganhou as eleições parlamentares do país, de acordo com a contagem interna de votos do NPP.

Joe Biden investe mais de 600 milhões em Angola

O presidente norte-americano, Joe Biden, que visitou recentemente Angola em uma missão laboral, anunciou um aumento do investimento norte-americano para o Corredor do Lobito, em mais 600 milhões de dólares.

A visita dia ficou marcado pela realização da Cimeira Multilateral sobre o Corredor do Lobito no complexo industrial do Grupo Carinho, com a participação dos Presidentes dos Estados Unidos, Angola, RDC, Zâmbia e o vice-presidente da Tanzânia.

Por sua vez, o Presidente angolano, João Lourenço destacou a importância do Corredor do Lobito para as empresas da região da SADC.

“O Corredor do Lobito será um factor impulsor do desenvolvimento económico que vai proporcionar a crescente participação das Pequenas e Médias

Empresas nas cadeias de valor empresarial, sobretudo na agricultura, na indústria e na mineração, para aumentarmos de forma inclusiva o comércio e o crescimento económico da região da SADC e da região da África do Leste”, enumerou.

Joe Biden disse que o Corredor do Lobito vai permitir combate à fome na região. Entretanto, destacou a necessidade de mais infra-estruturas e investimentos.

“Todos sabem muito bem que as nações ao redor e ao longo do Corredor do Lobito enfrentam os problemas mais difíceis do mundo. Precisamos continuar a colaborar e a trabalhar juntos para



mobilizar mais capital para erguer mais infra-estruturas para tornar essas soluções reais”, afirmou.

O presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Severino espera que o projecto seja também meio para exportação de produtos agrícolas,

para além dos recursos naturais como o ouro e cobre.

“O corredor do ouro, o corredor do cobre, seja também o corredor do agro porque é fundamental sobretudo ao apoio as nossas famílias e também a classe empresarial”, defende Severino.

Mas são ideias e projectos

traçados em meio a receios. Entretanto, o Presidente da Câmara de Comércio Angola-Estados Unidos, Pedro Godinho, acredita que o regresso de Donald Trump à Casa Branca não vai cancelar o projecto do Corredor do Lobito, como muitos angolanos suspeitam.

"FLEXÕES E REFLEXÕES"

Por Wochane Nkila

Nyusi deve resignar urgentemente os cargos de presidente da República e da Frelimo

Durante a infância, muitos adolescentes das zonas rurais que hoje são jovens e adultos que compõem uma classe que aspira ser média em Moçambique, aprenderam, entre várias coisas, a fazer uma fisga com recurso a uma planta chamada por nkahlwana cujos ramos tem formato de um "V", ou seja, "phandzy". Neles montavam dois elásticos ligados por uma base de cabedal que servia de suporte para a "bala" (pedrinha, berlinde ou esfero) cujo nome ficou conhecido por "xibalakatsa".

Outros inventaram a famosa "dioka", que usando da mesma engenharia, o único diferencial era a substituição de "phandzy" por uma parte de caniço forte ou bambus perfurados. Isso era mesmo uma autêntica AK47 artesanal, altamente perigosa e letal. Entretanto, na caça de vários animais, entre domésticos e selvagens, o elástico era o elemento que mais sofria e desgastava-se. As vezes esticava-se até ao limite mas nem sempre acertava-se o alvo, como também vezes havia em que com pequeno esforço se conseguia abater a qualquer presa.

É como acontece, às vezes na política. Muitos dirigentes tentam esticar a corda de "xibalakatsa" ao limite, mas quando o elástico rompe fere ao próprio dono, nos dedos das mãos e, se tiver azar, os olhos também podem sofrer.

Os famosos 70% esticaram o elástico para acertar os 20%, mas registou-se rompimento e a arma atingiu aqueles, os primeiros, os setenta! Só ainda não estão lesados porque Ti-Filipe, que não sabe se é VAR, árbitro principal, fiscal de linha ou dono do clube engendrou um papo dos quatro atletas em quatro paredes, enquanto a Luisinha vai recontando golos e verificando os cartões atribuídos, entre amarelos e vermelhos, numa autêntica missão de ganhar tempo para o apito final.

No actual contexto político moçambicano, sucede o mesmo. O Governo do presidente Nyusi está a puxar a corda ao extremo de ignorar os sinais de que já não é mais querido, pelo menos pela geração de viragem ou capotagem que têm num forte aliado, a geração android, que pouco se interessa pela historiografia política que durante anos foi usada para a manutenção e legitimação do poder para justificar o saque e inoperância administrativa do Estado.

Hoje, a realidade mostra que o acesso à informação que foi promovido pelo governo através de políticas das Nações Unidas acabou por "prejudicar" o mesmo governo. Com isso, a Frelimo não notou que já ultrapassou os 35 anos de ser-

viço ao Estado e que tem que ir à reforma, a luz do preconizado no Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado. Não só a Frelimo, como também um conjunto de pessoas, homens e mulheres que servem os interesses ideológicos da cinquentenária organização libertadora de Moçambique do colonialismo e que tende a substituí-lo.

Hoje, as coisas obscuras tendem a tornar-se claras aos olhos dos cegos políticos que graças à miséria a que estão sujeitos aprenderam na escola do vandalismo e da revolução das painéis os mais nobres valores de cidadania e patriotismo financiados conscientemente por quem não sai de casa para nas ruas demonstrar o seu descontentamento.

Enfim, é caso para parafrasear o tema de um dos espectáculos do icónico músico moçambicano falecido recentemente, Salimo Mohamed, quando dizia "a xingove xi dibi m'txovhelo", isto é, o gato entornou o caldo. Só que no caso em concreto do cenário político moçambicano, o caldo ainda está na panela, e só é tirado as 20h30m para uma tijela de modo a permitir que a panela desempenhe as suas funções revolucionárias das 21 horas. Mesmo o basta do meu vizinho Ti-Bernardino já não basta, mas basta alguns largarem o caldo do povo, aí sim, basta esta toda novela.

E o presidente Filipe Nyusi não perde nada em resignar ao cargo. Ficar até 15 de Janeiro a realizar pequenas inaugurações não será suficiente para conferir-lhe santidade. É procurar galarção de teimosia, mas se calhar lhe inspira o facto de ter sido coroado campeão na prevenção de mudanças climáticas, bem assim na área de conservação, dentro e fora do país. Mesmo assim, não pode esticar mais esta corda. Ficará como antigo presidente da República de quem as saudades serão apenas as suas gafes, bem assim o aumento do índice de pobreza em Moçambique.

Aliás, quanto mais tempo levar, a porta fica cada vez mais pequena e nem faria sentido permanecer na Ponta Vermelha se ele próprio já evacuou toda família para Dubai, onde se diverte a custa de nenhum esforço feito para enriquecer, mas sim um jackpot de 10 anos. Faz tempo que a madame Isa anda sem aura, pior num país desconhecido onde as perucas pretas e capulanas super coloridas não estão na moda (excepto quando são nigerianas) e o único conforto que lhe sobre é comer e ver os famosos "memes" macondes.

Se Nyusi é empregado e o povo é seu patrão, então está claro que teima e viola o contrato de

trabalho porque este já foi rescindido. O patrão já não quer o empregado e a melhor forma de resolver este problema é mesmo "pegar o banquinho e sair de mansinho", tal como dizia o apresentador brasileiro, Raul Gil. Se o fizesse hoje pode crer que o povo festejaria e acolheria de bom grado este gesto de gratidão e devolução de poderes.

Mas se Nyusi resignar, quem fica a dirigir o país? A constituição da República estabelece que passa a ser o presidente da Assembleia da República e neste caso seria Esperança Bias, e esta não tem sequer carisma nem boa imagem política. Foi mera mandatária da Frelimo para viabilizar projectos do Governo na Assembleia da República tal como a sua antecessora, tia Vera, que continua a envidar esforços para a legitimação da fraude eleitoral.

Posto isto, cumpre afirmar que a crise política em Moçambique é desta vez mais profunda do que na era de Afonso Dhlakama, porque este pelo menos fazia seus ziguezagues na parte incerta das serras em solo pátrio mantendo seu firme comando militar, mesmo ao telefone, uma vez que não sabia usar Facebook ou onde estivesse não havia Internet.

E o que sobra? O único caminho é dissolver o Governo e resignar o cargo de presidente da República pois isso vai permitir pelo menos que todos se lembrem que Filipe Nyusi foi o primeiro presidente a demitir-se e é fácil incorporar isso nos manuais de história do que procurar as suas obras no país. Dissolvido, criar-se-ia um Governo de transição até à resolução de questões-chave pendentes na política, economia e sociedade no geral. A título meramente exemplificativo, na política seria a possível anulação das eleições e convocação de outras, ou aceitação dos resultados a serem proclamados pelo Conselho Constitucional e criar-se um Governo semelhante ao da África do Sul.

Na economia seria a reestruturação do sector empresarial do Estado e implementação de reformas económicas e fiscais de impacto imediato, os "quick wins". Na sociedade o foco é a paz, estabilidade e devolução da vida dos moçambicanos. O parlamento deveria ter 200 assentos para os 4 partidos políticos e 50 para a sociedade civil (organizações sócio-profissionais e individualidades de reconhecido mérito e carisma), permitindo que todas as decisões tomadas pelo órgão sejam escrutinadas em sede parlamentar. Portanto, isso só é possível se Filipe Nyusi renunciar ao cargo de presidente da República e o convite fica desde já endereçado.

Greve violenta dos trabalhadores encerra fábrica de cerâmica em Moçambique

A direcção da fábrica SAFIRA Mozambique Ceramic decidiu suspender, temporariamente, as suas actividades na sequência de uma greve violenta dos trabalhadores ocorrida na sexta-feira última. Um comunicado da empresa, a que o Evidências teve acesso, refere que os grevistas se reuniram na sala de produção, onde destruíram alguns equipamentos e usaram barras de ferro para agredir técnicos chineses.



Continuação da pag 09



eu poder ver bem. E nos trabalhos em grupos ninguém queria fazer comigo por achar que não vou contribuir em nada mas, isso não é verdade porque eu conseguia ver, tinha óculos de vista”.

Não eram somente os seus colegas que a deixavam desconfortável com os comentários sobre sua condição: “os professores não eram pacientes comigo. Alguns diziam que não era fácil trabalhar com pessoas como eu, porque não foram treinados a trabalhar connosco” acrescentou.

A situação também se fazia sentir a nível doméstico. Seus pais, irmãos, primos e a sociedade limitavam suas capacidades e por vezes reduziram-nas em zero porque precisa de muita atenção.

“Na minha casa, por exemplo, quando há eventos tipo festas e convívios me sinto excluído porque ninguém me dá aquela atenção porque acha que não posso ajudar para nada. Quando tenho que sair sinto que há um grande problema porque ninguém quer sair comigo por achar que vou-lhe dar muito trabalho, mas já estou acostumado” lamentou.

Para se enquadrar no mercado laboral não tem sido nada fácil, das poucas vezes que trabalhou foi por pouca duração. Nunca trabalhou mais de um mês logo que as empresas se apercebem que precisa de alguma atenção.

“Já trabalhei” começou por contar tristemente para depois dizer que “mas nunca por muito tempo, sempre me mandam parar porque quando ando e trabalho tenho que prestar muita atenção”, disse. Adicionalmente disse que “não é por falta de capacidades é o pensamen-

to que as pessoas que tem sobre nós (com problemas de vista).

“A própria constituição da República por si só já se mostra discriminatória”

Para o Fórum das Associações Moçambicanas de pessoas com Deficiência (FAMOD), reconhece os desafios das pessoas com deficiência mas, o maior problema para agudização da exclusão da pessoa com deficiência parte sobretudo do quadro político legal moçambicano.

“Se formos a olhar para a própria constituição da República ela por si só já se mostra discriminatória a pessoas com deficiência por exemplo, há várias tipologias de deficiência visíveis como deficiência física e visual e dá pouca atenção as necessidades das pessoas com deficiências psicossociais. Essa discriminação que é a constituição da República, já apresenta um desafio para o gozo efectivo dos direitos com pessoas com deficiência”, explicou Timóteo Bene, Oficial de Pesquisas e análise de Políticas do FAMOD.

Para sustentar seu argumento chamou um exemplo da questão eleitoral, em que os deficientes não têm condições mínimas para sua participação.

“Podemos olhar para as leis específicas como a lei eleitoral que não tem mecanismos concretos que promovam a participação de pessoas com deficiência em processos eleitorais. Se formos a olhar para acessibilidade dos materiais constituem uma barreira para as pessoas com deficiência porque os locais onde as eleições são realizadas as eleições não

são acessíveis para as pessoas com deficiência e acaba marginalizando-os neste processo. Nos manifestos dos próprios partidos políticos as campanhas eleitorais não tem mecanismos de acessibilidade para as pessoas com deficiência”, acrescentou.

Outro desafio levantado pelo oficial do FAMOD, tem a ver com questões laborais em que as leis não são muito claras no que tange a promoção e protecção desses grupos específicos.

“A nível do trabalho, embora a lei de trabalho e a lei da pessoa com

tender do FAMOD que se deve regulamentar a lei aprovada com vista a definir políticas especialmente para esses grupos.

“A nossa expectativa diante destes fenómenos sobretudo a aprovação da nova lei sobre a deficiência, a lei número 10/2024 é que se avance com o processo de regulamentação tal está prevista na lei que é para definir mecanismos muito concretas que abrange vários actores quer singulares e colectivos sobre como promover e realizar os direitos das pessoas com deficiência nas diferentes sectores, políticos, económicos e socioculturais”, sugeriu.

A exclusão social é uma forma de violência

Por seu turno, o psicólogo moçambicano, Edmilson Mavie, entende a exclusão de indivíduos deficientes como um acto violento que vária de níveis e, por outro lado, resulta da degradação de valores socialmente morais.

“A exclusão social é uma forma de violência que vai variando de acordo com o nível que é protagonizado. A exclusão social da pessoa deficiente é, antes de mais, resultado de uma degradação de valores morais e humanos, porque todos os outros factores que vêm a seguir cruzam essa mesma linha”, explicou.

Nesta senda, estão presentes ele-



deficiência tenha artigos específicos para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado laboral, não determinam que medidas ou acções o estado, o sector público deve considerar para a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, o que de certa forma contribui para que nenhuma acção proactiva seja tomada para avançar a integração de pessoas com deficiência no trabalho”, disse.

Para mitigar esta situação, é no en-

mentos como preconceito, discriminação e o estigma resultante de uma “sociedade despreparada para aceitar as diferenças e as singularidades de cada um e, esse despreparo começa do nível familiar quando os pais entram em depressão e revoltam de ter nascido um filho deficiente e a sociedade alimenta esse sentimento atribuindo a causalidade como uma forma de punição, descartando que é normal”.

Água da Namaacha

com gás

Água Mineral Natural Gaseificada
Sparkling Natural Mineral Water



Coreógrafo Ídio Chichava diz que país "não está bom"

O bailarino e coreógrafo Ídio Chichava disse, esta segunda-feira, que o país "não está bom", defende o "papel fundamental" dos artistas para direccionar a sociedade face à crise. "A sociedade não está boa, Moçambique não está bom, então como artistas, como moçambicanos, no nosso seio, até onde podemos influenciar pessoas, sermos sinceros e dizer que o país não está bom, é só isso, e esse é um papel fundamental", disse Ídio Chichava, em entrevista à Lusa.



CULTURA

EVIDÊNCIAS

10 DE DEZEMBRO DE 2024

23

Bawito music lança iniciativa de não as manifestações violentas

Artistas moçambicanos unem-se pela busca da paz

Face a crise pós-eleitoral que se vive no país desde dia 21 de Outubro, que tem afectado vários sectores inclusive a indústria musical, artistas da zona sul, centro e norte uniram-se em prol de uma causa: paz. Trata-se de uma iniciativa da Bawito music, que juntou vozes de diferentes artistas através da música que se intitula "queremos paz", disponível em todas as plataformas digitais e conta com respectivo videoclipe.

Elisio Nuvunga

Mr.Bow juntou nos seus estúdios artistas como Júlia Duarte, Cleyton David, Tamyris Moiane, Melony, Classic Nova, Lukie, Liloca, Nelson Tivane, Bikiza, Lázaro Sampaio, Anita Macuacua e AZ Khinera que cantam uma música para apelar pela paz e dissuadir a adesão às manifestações violentas.

A obra musical surge numa altura em que os moçambicanos e o mundo clamam pela pacificação do país com vista a travar às manifestações que já

fizeram dezenas de mortes, feridos para além da destruição de infra-estruturas públicas e privadas.

Não são somente artistas locais que estão preocupados com o fim da violência em Moçambique. Os angolanos, como habitual, sempre se solidarizaram e apoiaram as causas de Moçambique desde os tempos de Azagaia. Desta vez, foi o renomado músico angolano, Matias Damásio, um artista com bagagem internacional sugestiva. Damásio



recorreu às redes sociais para manifestar o seu apelo e solidariedade. Com recurso a um vídeo, manifestou sua preocupação em relação ao cenário

violento que se vive nas terras de Moçambique.

"Moçambique, nosso povo irmão, o povo chama pela paz. Olha pelos teus filhos, meu

pai. Moçambique, vamos fazer a paz pelas nossas crianças. De Maputo ao Rovuma, um povo só, uma nação. Moçambique, o povo quer a paz".

Uma semana após o acidente

Vice-Ministro a Cultura visita Válder Artístico

O Vice-Ministro da Cultura e Turismo, Fredson Bacar, efectuou, uma visita ao cantor e compositor Válder Artístico, que se encontra internado na Unidade de Cuidados Intermédios do Hospital Central de Maputo, depois de sofrer um acidente de viação na província de Gaza, na passada sexta-feira.

De acordo com uma publicação feita pelo Ministério da Cultura e Turismo, a visita tinha como enfoque o conforto e o encorajamento ao artista, cujo estado clínico é descrito pela equipa médica como sendo de "franca melhoria, embora ainda precise

de bastante atenção".

Fredson Bacar interagiu, na ocasião, com o pai e a irmã do cantor, Ricardo e Elsa Mondlane, respectivamente, a quem deixou calorosas palavras de encorajamento e esperança, aproveitando para frisar a disponibilidade do Mi-



nistério da Cultura e Turismo no acompanhamento e atenção do artista e da sua família.

No fim, o Vice-Ministro da Cultura e Turismo desejou "rápidas melhoras ao Valter,

que volte rapidamente ao convívio familiar e à interacção com os seus admiradores", e agradeceu, em nome da Ministra da Cultura e Turismo, Eldevina Materula, o papel da equipa médica do Hospital Central de Maputo na rápida recuperação que o paciente tem registado.

O Vice-Ministro da Cultura e Turismo fazia-se acompanhar do Director Nacional das Indústrias Culturais e Criativas, Ivan Bonde, e do Director da Escola Nacional de Música, Edson Uthui.

PUBLICIDADE

Confie na Codebaz para desenvolver o software que vai revolucionar seu negócio.

Inovação e qualidade em cada linha de código!.

87 408 005 | 85 183 2105 | codebaz.mz@gmail.com

CODEBAZ

EVIDÊNCIAS

60 Meticais

Nosso compromisso é com a verdade



Severino Ngoenha diz que é preciso parar com o fogo antes que seja tarde

“O momento é de urgência (...), nem que tenhamos que subverter as ordens jurídicas/constitucionais”

Para o filósofo as manifestações transcendem as eleições e reflectem uma crise mais ampla
“As mudanças são necessárias, elas têm que ser profundas, estruturais e não resvalar em compromissos de partidos, de indivíduos ou de grupos”

O académico Severino Ngoenha propõe o abandono do discurso de acusação sobre os culpados pela crise pós-eleitoral e diz que é preciso, antes de tudo, salvar o que é possível, no caso, a paz e a integridade do país. Aliás, compreende o filósofo, “a urgência de uma solução concordada, antes da proclamação de resultados, é maior e mais urgente (...), ela é a condição para evitar um conflito ainda maior, nem que para isso tenhamos que subverter as ordens jurídicas e constitucionais, sobre o altar da paz e da integridade do país”, afirmou debruçando-se sobre as possíveis saídas da crise pós-eleitoral, consequência do que até aqui é considerada a maior fraude. Num contexto de um vazio total quanto às soluções, enquanto as partes envolvidas mostram-se incapazes de se sentar à mesa do diálogo, Ngoenha observa que as causas são profundas e que a solução cabal não virá dos resultados do Conselho Constitucional, que podem agudizar ainda mais a crise. Do resto, reitera que a questão urgente é como “desactivar a bomba; evitar/parar a guerra e buscar, com seriedade, soluções para a crise do contrato social que nos apoquentam como sociedade”.

Duarte Siteo

No entender de Severino Ngoenha, o caos em que o país se encontra mergulhado parece ter a sua génese no último no atabalhoado processo eleitoral. No entanto, adverte que a realidade das demonstrações mostra que os problemas em causa transcendem as eleições e reflectem uma crise mais ampla que questionam as estruturas profundas do contacto social que o Estado vem descumprindo nos últimos anos.

O conceituado académico aponta que as manifestações desvelam um sentimento de desconfiança e descontentamento em relação às instituições eleitorais, mas os slogans que emergem nas estradas, mercados, escolas, hospitais (...) revelam algo ainda mais profundo.

“No actual *status situations*, mesmo que os resultados das eleições fossem anunciados

pelo Papa, pelo Secretário geral das Nações Unidas ou por Trump – e depois de uma auditoria forense – encorariamos, na mesma, a um conflito civil com proporções imprevisíveis e perigosas para a estabilidade e integridade do país. A proclamação dos resultados das eleições é um rastilho de uma bomba (político-social) já armadilhada e pronta a explodir. A questão urgente é como desactivar a bomba; evitar/parar a guerra e buscar com seriedade, soluções à crise do contrato social que nos apoquentam como sociedade”, escreveu Ngoenha, num texto na sua página do Facebook.

Para o filósofo, o rebentar da bomba nos expõe a riscos alarmantes de violência e anarquia com os quais nenhum país pode viver, com cada um a fazer a lei como



quer.

“A haitização do país – em parte já em curso –, em que gangues fazem leis nos bairros, povoações e distritos; a congolização, em que países estrangeiros intervêm militarmente no país; a libianização/iraquização (também já em curso) em que nos enveredamos em conflitos internos, enquanto terceiros saqueiam (Cabo Delgado) os recursos ou, pior, a somalização (com os seus doze milhões de deslocados) que consiste na divisão do país”, defende.

Olhando para o actual cenário, o conceituado académico defende que mudanças são necessárias e acredita que apenas um Governo pode mobilizar todos moçambicanos para um processo de desenvolvimento.

“As mudanças são necessárias, elas têm que ser profundas, estruturais, e não resvalar em compromissos de partidos, de indivíduos ou de grupos. Tem de ser mudanças que permitam um novo começo, uma nova po-

liteia (política), que integre os interesses de todo o povo de Moçambique”, observa num contexto em que apenas os partidos políticos reivindicam para si o exclusivo direito de representar.

“A prioridade não é saber quem é o incendiário, mas sim apagar o fogo”

Compreendendo a necessidade urgente de se reestabelecer a estabilidade, Ngoenha faz uma analogia com os bombeiros que quando chegam numa casa em chamas, a prioridade não é saber quem é o pirómano (incendiário), não é saber se o incêndio foi propositado ou foi acidental; o mais importante é apagar o fogo.

A primeira das coisas a fazer, conclui o académico, é salvar o que é salvável de uma casa em chamas e arder. E, depois disso, pode se encontrar maneiras para tentar reconstruir a casa, para que ela seja habitável, buscando a justiça.

“Então, não se trata aqui

de tentar incriminar pessoas, encontrar responsáveis, encontrar culpados, saber quem tem que pagar por isto ou por aquilo. A primeira e a mais importante coisa a fazer é apagar o fogo”, defende.

Severino Ngoenha refere ainda que as mudanças são necessárias, mas que elas têm que ser profundas, estruturais, e não resvalar em compromissos de partidos, de indivíduos ou de grupos.

“O momento exige urgência. Moçambique enfrenta um incêndio político e social que precisa ser contido antes que consuma completamente o tecido nacional. Assim como os bombeiros dão prioridade a salvar vidas e apagar o fogo antes de buscar culpados, também devemos nos focar em estabilizar o país, antes de nos perdermos em acusações ou disputas recíprocas. A urgência de uma solução concordada, antes da proclamação de resultados, é maior e mais urgente do que nos ensinar qualquer dicionário, enciclopédia ou gramatologia sobre o significado do termo urgência, ela é a condição para evitar um conflito ainda maior, nem que para isso tenhamos que subverter as ordens jurídicas e constitucionais, sobre o altar da paz e da integridade do país”, entende, destacando que a situação exige que se abandonem as soluções antiquadas e se enfrentem os desafios actuais com inovação, compaixão e compromisso para com o futuro.